



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Bianca de Sousa Pires Duarte

**A CONSTITUIÇÃO DE UMA ORDEM TRIPARTITE NAS AMÉRICAS NO
PERÍODO PÓS-GUERRA: UMA ANÁLISE DO PAPEL BRASILEIRO COMO
SEMIPERIFERIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO.**

Rio de Janeiro

2022

Bianca de Sousa Pires Duarte

**A CONSTITUIÇÃO DE UMA ORDEM TRIPARTITE NAS AMÉRICAS NO
PERÍODO PÓS-GUERRA: UMA ANÁLISE DO PAPEL BRASILEIRO COMO
SEMIPERIFERIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Daniel de Pinhos Barreiros

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

d577c de Sousa Pires Duarte, Bianca
A constituição de uma ordem tripartite nas Américas no período pós guerra: uma análise do papel brasileiro como semiperiferia sob a ótica da teoria do sistema-mundo. / Bianca de Sousa Pires Duarte. - Rio de Janeiro, 2022.
60 f.

Orientador: Daniel de Pinhos Barreiros.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Semiperiferia. 2. sistema-mundo. 3. Pós guerra. 4. América Latina. 5. Brasil. I. de Pinhos Barreiros, Daniel, orient. II. Título.

BIANCA DE SOUSA PIRES DUARTE

A CONSTITUIÇÃO DE UMA ORDEM TRIPARTITE NAS AMÉRICAS NO PERÍODO
PÓS-GUERRA: UMA ANÁLISE DO PAPEL BRASILEIRO COMO SEMIPERIFERIA
SOB A ÓTICA DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito para a
obtenção do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2022.

DANIEL DE PINHO BARREIROS - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

DANIEL RIBERA VAINFAS
Mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ

DANILO SILVA RODRIGUEZ
Mestre em Economia Política Internacional da UFRJ

Dedico esse trabalho à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

É com grande gratidão a todas as pessoas amadas em minha vida que concluo a minha graduação em ciências econômicas em uma universidade pública de excelência. Com isso, gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, Lidiane e Ricardo por me ensinarem, desde a infância, o poder de transformação presente na educação e a todos os sacrifícios feitos em prol do meu bem-estar e objetivos.

Agradeço também ao meu irmão Arthur, meu melhor amigo e grande companhia na minha jornada durante a universidade, por sempre acreditar na minha melhor versão e ser meu maior apoio nos momentos difíceis. Incluo também minha querida avó Marlene, por todo o cuidado e zelo a mim direcionados, e minha tia Luciane, por ver em mim potencial que nem eu mesma fui capaz.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Instituto de Economia que passaram pela minha trajetória. Em especial, agradeço ao meu orientador Professor Daniel Barreiros, não apenas por todo o apoio, paciência e zelo durante o processo de construção da monografia, como também por me conceder a oportunidade de participar, mesmo que por um curto período, em uma pesquisa na área de história econômica e, assim, ter contato com a teoria por trás deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os grandes amigos que tive o privilégio de construir durante a graduação: Paula, Mylena, Thomaz, Matheus, Clara, Davi, Antônio, Betina, Bia, Fernanda, Maria Clara, Nathalia, Luiza, Sofia e Victoria. Incluo também minhas amigas de longa data Maria Carolina, Larissa, Giovanna, Ana Luísa, Mariana, Marina, Lumara e Luciana por me inspirarem e apoiarem durante toda minha formação.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso objetiva explicitar o funcionamento da ordem tripartite constituída nas Américas no período pós-guerra como dependente do papel desempenhado pelo Brasil como semiperiferia local. Para a realização do objetivo proposto, foram detalhados e analisados processos e eventos centrais nos séculos XIX e XX, em especial no pós-guerra (1946-1970), sob a ótica da teoria do sistema-mundo. Como metodologia, a monografia baseia-se em uma revisão de literatura tanto com ênfase nos conceitos presentes na teoria do sistema-mundo, quanto nas contribuições da literatura sobre os eventos classificados como centrais aos processos analisados. A partir disso, observa-se como a relação construída entre os Estados Unidos e o Estado brasileiro no período pós-guerra em conjunto com sua política externa direcionada a América Latina, corroborou para o papel brasileiro como semiperiferia. Ademais, é verificada centralidade desta função para a continuidade da estrutura de assimetrias e dominação presentes no continente latino-americano pela hegemonia estadunidense.

Palavras-chave: semiperiferia; pós-guerra; hegemonia; América Latina.

ABSTRACT

This course conclusion word aims to explain the functioning of the tripartite order constituted in the Americas in the post-war period as dependent on the role played by Brazil as a local semiperiphery. In order to achieve the proposed objective, central processes and events in the 19th and 20th centuries were detailed and analyzed, especially in the post-war period (1946-1970), from the perspective of the world-system theory. As a methodology, the monograph is based on a literature review, both with emphasis on concepts present in the world-system theory, and on the contributions of the literature on events classified as central to the analyzed processes. From this, it is observed how the relationship built between the United States and the Brazilian State in the post-war period, together with its foreign policy aimed at Latin America, corroborated the Brazilian role as a semiperiphery. Furthermore, it is verified the centrality of this function for the continuity of the structure of asymmetries and domination present in the Latin American continent by the American hegemony.

Keywords: semiperiphery; post-war; hegemony; Latin America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Empréstimos de guerra dos EUA para o Reino Unido e obrigações de reparação alemães excepcionais para o Reino Unido	30
Figura 2 Quota do PIB mundial, 1820-1998	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Transações Governamentais entre o Reino Unido e os EUA, 1916-20 (em milhões de £).....	29
Tabela 2 Comércio Brasileiro com os EUA e a Alemanha (1933-1938) em porcentagem calculada com base nos números absolutos em libras-ouro fornecida pela SDN, Statistiques du Commerce International, Genebra, 1934-1939.	41
Tabela 3 Investimento Direto norte-americano na América Latina* (bilhões de dólares)	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – América Latina

TALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas

BIRD – Banco Mundial de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BOE – Bank of England

BW – Bretton Woods

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A teoria do sistema-mundo: Conceitos-chave	13
1.1 Origens da teoria do sistema-mundo	13
1.2 O conceito clássico de sistema-mundo e o papel da divisão do trabalho	15
1.3 Distribuição desigual no sistema-mundo: centro, periferia e semiperiferia	18
1.4 Ciclos e Hegemonia	19
2. A Construção dos Estados Unidos como agente hegemônico	24
2.1 Antecedentes - Hegemonia Inglesa	24
2.2 As grandes guerras do século XX e a hegemonia americana	27
2.2.1 Regime de Bretton Woods.....	32
2.3 Atuação estadunidense na América Latina.....	35
3. A atuação do Brasil como semiperiferia na América Latina.....	39
3.1 Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial	39
3.2 O pós-guerra e a relação com os Estados Unidos: A consolidação do Brasil como semiperiferia	42
3.2.1 Cooperação Antagônica.....	47
3.3 O Brasil na América Latina: subimperialismo	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
referências	55

INTRODUÇÃO

A segunda Guerra mundial representou, dentre tantas mudanças econômicas, políticas e militares, a ascensão dos Estados Unidos como o agente hegemônico do sistema-mundo. Com isso, o período pós-guerra, neste trabalho definido pelos anos de 1946 a 1970, caracterizou-se como o momento de consolidação da nova dinâmica operante, assinalando a transição do capitalismo regido pela Inglaterra do século XIX para novas formas de acumulação de capital sob o regimento estadunidense.

Finalizado a guerra, os EUA, além de deter enormes quantias do capital-dinheiro internacional – em 1945, 59% das reservas mundiais em ouro, cifra que aumentou para 72% em 1948 (HUDSON, 1973, p. 88) –, apresentou, também, grande impulso em seu desenvolvimento econômico, tecnológico fabril e militar, garantindo-lhe capacidade de produção superior aos demais países. Nesta conjectura, lhe foi incumbido o papel de reorganizador da economia capitalista, que o fez aos moldes de seus interesses.

Para isto, utilizou instrumentos econômicos, institucionais e militares. Dentre eles, destacam-se os organismos criados na conferência de Bretton Woods em 1944: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), bem como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), firmado em 1947. Todo este aparato possibilitou a reorganização da economia capitalista mundial, em benefício do capital norte-americano.

No campo econômico, o mercado de crédito e capitais, agora estabelecido de maneira internacional, foi principal ferramenta para a atuação norte-americana por todo o sistema-mundo capitalista. Entre 1945 e 1952, o total de investimentos e créditos dos Estados Unidos no exterior alcançou 190 bilhões de dólares, em sua maior parte correspondendo a dívidas governamentais de países estrangeiros, adquiridas diretamente através de operações bilaterais ou mediante a intervenção dos organismos internacionais (HUDSON, 1973, p. 78).

Em meio a este contexto descrito, soma-se à disputa geopolítica do período, tipificando o mundo bipolar, em que para além da busca pelo aumento do acúmulo de capital, era necessário “defender” o regime capitalista ao redor do globo. A América Latina (AL), submetida a este cenário, foi representante clara das intervenções executadas pelo Estado norte-americano. Composto o mesmo continente, como forma de maior controle do território, os EUA instituem uma relação baseada em três níveis: ao centro, os Estados Unidos como hegemonia absoluta, à periferia, a maior parte dos países da AL, e como intermediário, o Estado brasileiro no papel de semiperiferia.

Os conceitos utilizados para deflagrar a ordem tripartite formada nas Américas, originam-se do arcabouço teórico presente na teoria do sistema-mundo. Iniciada na década de 1970, a teoria do sistema-mundo pode ser interpretada como a combinação entre a unidade de análise, as temporalidades sociais e as barreiras que existem entre as diferentes disciplinas das ciências sociais. Apesar de pautada na obra seminal de Wallerstein, a teoria vem recebendo, desde então, diversos aportes teóricos e diferentes visões.

Neste aspecto, o presente trabalho tem como objetivo central a defesa da vitalidade do papel desempenhado pelo Brasil como semiperiferia local para a sustentação da ordem tripartite deflagrada nas Américas no pós-guerra (1946-1970). Para cumprimento deste objetivo será utilizada o arcabouço teórico e metodológico da teoria do sistema-mundo, perpassando pela trajetória estadunidense rumo à hegemonia e à constituição brasileira enquanto semiperiferia.

Dessa maneira, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo oferecer o respaldo conceitual e teórico necessário para análise do quadro descrito. Para tanto, são definidos e explorados os principais conceitos chave da teoria do sistema-mundo, em especial pela tese de Wallerstein, para destrinchar os processos de transição hegemônica, relações de assimetria centro-periferia e, em especial, os critérios para a determinação da semiperiferia em um sistema-mundo.

No segundo capítulo é trazido o curso percorrido pelos EUA até sua posição de *hegemon* da economia-mundo capitalista no séc. XX. Para esta finalidade, discorre-se de maneira breve acerca dos antecedentes do século XIX e a relevância das guerras mundiais neste processo. Além disso, são explorados os mecanismos desenvolvidos no pós-guerra em conversa com os conceitos apresentados no capítulo 1. Ao final do capítulo, aborda-se as intervenções realizadas em solo latino-americano pelo governo estadunidense a fim de benefício de sua própria hegemonia.

Por fim, o terceiro e último capítulo destrincha a constituição do Estado brasileiro como semiperiférico a partir da sua relação com os EUA no pós-guerra e a política externa direcionada ao restante da América Latina. Para além do apontamento de eventos e processos centrais como a participação na segunda guerra mundial e associação do processo de industrialização com o capital estrangeiro, é estabelecida a conversa entre o conceito de semiperiferia com o desempenho da postura subimperialista praticada pelo Brasil.

1. A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO: CONCEITOS-CHAVE

1.1 ORIGENS DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

A teoria do sistema-mundo surge no início da década de 1970 como uma tentativa de combinar coerentemente preocupações com relação à unidade de análise, às temporalidades sociais e às barreiras que existem entre as diferentes disciplinas das ciências sociais (WALLERSTEIN, 2004, p.16). Todavia, sua origem é fruto de processos, discussões e teorias acerca da estrutura do conhecimento que cresceram como parte fundamental do sistema-mundo moderno.

A distinção clara entre “ciência” e “filosofia” no campo do conhecimento não existia até o final do século XVIII, em que esta separação foi iniciada por meio da ascensão de metodologias empíricas. De acordo com os defensores do divórcio entre ciência e filosofia, a dedução metafísica era nada mais do que uma especulação, não contendo valor real. Assim, a universidade moderna foi institucionalizada nas chamadas “duas culturas”, conforme depois definido por C.P. Snow, formada pela ênfase em “ciências” e a ênfase em “humanidades” (WALLERSTEIN, 2004, p.5).

Como resultado das ramificações destes dois principais arcabouços, as chamadas ciências sociais encontravam-se no meio destas classes. Com o avanço da institucionalização do estudo historiográfico, mais segmentações foram surgindo, cada vez mais especializadas em suas áreas de estudo, dando origem a economia, ciência política e sociologia. Mesmo com avanços e maiores delimitações, questões acerca da capacidade de se chegar a um conhecimento objetivo nessas três esferas permaneciam em desencontro. Assim, apesar de uma origem em comum, estes três domínios operam cada um em sua lógica.

Todavia, em 1945 o mundo mudou de maneira significativa em diversas formas levando a desafios na configuração das disciplinas de ciências sociais e, por conseguinte, em seus rearranjos. Primeiramente, com a chegada inquestionável dos Estados Unidos ao poder hegemônico do sistema-mundo, seu sistema acadêmico e modelo de universidade tornaram-se os mais influentes. Além disso, os países do sul global eram grandes zonas de turbulência política e autoafirmação geopolítica e, em conjunto com a expansão econômica e aumento nas tendências democráticas no sistema-mundo, houve o crescimento do sistema universitário mundial, possibilitando novas teorias, críticas, vertentes e escolas de pensamento (WALLERSTEIN, 2004, p.9).

Nesse contexto de transformação, quatro debates centrais nas ciências sociais definiram o cenário para o surgimento da teoria do sistemas-mundo, de acordo com Immanuel Wallerstein (2004, p. 11, tradução nossa):

o conceito de centro-periferia desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a posterior elaboração da "teoria da dependência"; o conceito utilidade de Marx do "modo de produção asiático", um debate que ocorreu entre os estudiosos comunistas; a discussão entre os historiadores da Europa ocidental sobre a "transição do feudalismo para o capitalismo"; o debate sobre a "história total" e o triunfo da escola de historiografia ANNALES na França e depois em muitas outras partes do mundo.

Ademais, com a chegada do ano de 1968 e as revoluções e questionamento dos status-quo vigente, em 1970 a perspectiva da teoria do sistemas-mundo passou a ser explicitamente tratada. Dessa forma, “os analistas da teoria do sistema-mundo insistem que, em vez de reduzir situações complexas a variáveis mais simples, o esforço deve ser complexificar e contextualizar todas as variáveis ditas mais simples para compreender situações sociais reais” (WALLERSTEIN, 2004, p. 18, tradução nossa).

Assim, após a sua gênese, a perspectiva de sistema-mundo pautada em grande parte pela obra seminal de Immanuel Wallerstein vem recebendo novos aportes teóricos-metodológicos. Destaca-se, ao longo da primeira metade dos anos 1990, a tese de André Gunder Frank e Barry Gills que preconiza a hipótese de um sistema mundo operante há aproximadamente cinco mil anos, em contrapartida ao “moderno sistema-mundo” de quinhentos anos apresentado por Wallerstein.

O presente trabalho não tem por objetivo delinear as principais diferenciações entre estas duas perspectivas de análise do sistema-mundo, mas sim fazer uso deste amplo arcabouço teórico como instrumento para a preleção das relações e mecanismos existentes no complexo tripartite das américas e as implicações do papel do Brasil como agente semiperiférico central para este funcionamento.

Desta forma, o primeiro capítulo da dissertação busca apresentar conceitos chaves presente na perspectiva do sistema-mundo de forma a preparar o leitor acerca das terminologias e teorias aplicadas na construção e defesa da tese pretendida, sem que as distinções entre as vertentes supracitadas sejam um ponto de revés. Para tanto, cada termo abordado será contextualizado acerca de sua utilidade para a tese proposta e referenciado de maneira específica ao seu teorizador, garantindo que o arcabouço teórico da perspectiva do sistema-mundo possa ser amplamente aplicado respeitando-se as diferentes óticas.

1.2 O CONCEITO CLÁSSICO DE SISTEMA-MUNDO E O PAPEL DA DIVISÃO DO TRABALHO

O período analisado remonta, especialmente, processos chaves para a constituição da ordem tripartite nas américas, destacando-se movimentos que datam desde a formação de colônias nos sécs. XVI às relações contemporâneas entre as regiões. Isto pode ser traduzido pelo hiato utilizado por Wallerstein na concepção do “moderno sistema-mundo”, tornando a ótica defendida pelo autor a principal base teórica e metodológica com as quais conversaremos nas próximas etapas da dissertação. Objetiva-se, assim, neste primeiro capítulo, trazer à luz os principais conceitos e abstrações norteadoras da teoria supracitada.

O sistema-mundo é definido por Wallerstein como uma entidade com uma única divisão de trabalho e múltiplas culturas, existindo dois subtipos dentro desta categoria: impérios-mundo e economia-mundo. Todavia, são excluídas da análise as sociedades sem Estado, sendo classificadas como “mini-sistemas” nos quais, de acordo com Wallerstein, a produção de bens básicos de subsistência é realizada dentro de uma única entidade cultural (CHASE-DUNN; HALL, 2019, p.7). A relação estabelecida entre estas três formas de configuração societária citadas assume um caráter etapista, uma vez que os mini-sistemas retratam a forma de organização mais simples e não mais existente na economia-mundo capitalista atual, sendo também ponto de partida para a formação de impérios-mundo (WALLERSTEIN, 1974, p. 390).

Em ambas as categorias dos sistemas-mundo, a divisão do trabalho é sua força motriz. O caráter interdependente presente nesta dinâmica é incrustado nas ações e estratégias dos agentes econômicos, assumindo que “a totalidade de suas necessidades essenciais – de sustento, proteção e prazer – serão satisfeitas ao longo de um período de tempo razoável por uma combinação de suas próprias atividades e intercâmbio de alguma forma” (WALLERSTEIN, 1974, p. 397, tradução nossa). Por conseguinte, os bens ou capitais intercambiados de um núcleo populacional para outro devem assumir papel decisivo nas condições de reprodução social e econômica nos territórios de destino, sendo a regularidade e estabilidade destes fluxos determinantes para o funcionamento de todo o sistema (WALLERSTEIN, 1974, 390). Todavia, a interdependência presente não caracteriza, em nenhum sentido, a simetria de condições dos núcleos envolvidos, fator que será explorado adiante no presente trabalho.

Nos chamados impérios-mundo, a divisão intersocietária do trabalho é englobada por uma única política imperial abrangente, em que a extração do excedente produzido em cada núcleo populacional pela autoridade do centro exerce papel central em seu caráter

redistributivo. Assim, apesar da clara divisão do trabalho e a centralização política desta região, a circulação de bens e serviços em âmbito interno é fruto da lógica tributário-redistributiva na qual não se caracteriza como uma “economia de mercado” uma vez que as relações econômicas entre núcleos populacionais não são fundamentalmente mediadas por preços, por atos de compra e de venda.

Mesmo as trocas de longas distância, de acordo com Wallerstein, não possui os atributos necessários para compor uma “economia-mundo”. Uma vez que os preços não respeitam princípios de mercado, tais como a lei da oferta e demanda, sua determinação se torna política e feita por agentes estatais que, em nome do Estado, buscam alcançar seus objetivos específicos.

Os impérios-mundo eram basicamente redistributivos na forma econômica. Sem dúvida, eles criaram grupos de comerciantes que se engajaram em trocas econômicas (principalmente comércio de longa distância), mas tais grupos, por maiores que fossem, eram uma parte menor da economia total e não fundamentalmente determinantes de seu destino. Esse comércio de longa distância tendia a ser, como argumenta Polanyi, 'comércio administrado' e não comércio de mercado, utilizando 'portos de comércio' (WALLERSTEIN, 1974, p. 391, tradução nossa).

A economia-mundo difere-se de um império-mundo por não necessitar uma autoridade macroterritorial, tendo como base de seu sistema o caráter de troca utilitária com objetivo de lucro. Sua política sistêmica é composta por Estados competindo entre si dentro de um sistema interestatal sendo descrita por Wallerstein como:

Uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão do trabalho e, portanto, troca interna significativa de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho. Uma característica definidora de uma economia-mundo é que ela não é limitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro da economia-mundo, frouxamente amarradas em nosso sistema-mundo por meio de um sistema interestatal. E uma economia-mundo contém muitas culturas e grupos - praticando muitas religiões, falando muitas línguas, em seus padrões cotidianos. Isso não significa que eles não evoluam alguns padrões culturais comuns, o que chamaremos de geocultura. Isto significa que não se espera nem homogeneidade política nem cultural ou encontrada em uma economia-mundo. O que mais unifica a estrutura é a divisão do trabalho que nele se constitui (WALLERSTEIN, 2004, p. 22, tradução nossa).

Neste âmbito, o capitalismo e uma economia-mundo andam em conjunto, pois em um cenário de ausência de homogeneidade cultural e de uma estrutura política comum, o que mantém o funcionamento do sistema é a eficácia da divisão do trabalho, que opera em função da constante expansão da riqueza que o sistema capitalista provém (WALLERSTEIN, 2004, p.24). Em suma, o capitalismo não pode existir sem a estrutura de uma economia-mundo, haja

visto que necessita de uma relação muito específica entre produtores e as forças políticas: a lógica de mercado deve operar acima da autoridade político-administrativa, a fim de evitar o fortalecimento destas autoridades ao ponto de sobrepor o dos produtos econômicos e pôr um fim na lógica de acumulação infinita de capital.

Uma economia-mundo capitalista é um conjunto de muitas instituições, a combinação dos quais responde por seus processos, e todos os quais estão interligados uns com os outros. As instituições básicas são o mercado, ou melhor, os mercados; as empresas que competem nos mercados; os vários estados, dentro de um sistema interestatal; as famílias; as classes; e os grupos de status (para usar o termo de Weber, que algumas pessoas nos últimos anos renomearam como “identidades”). São todas instituições que foram criadas no âmbito da economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2004, p. 24-25, tradução nossa).

Segundo Wallerstein, as origens do “moderno sistema-mundo” – a atual economia-mundo capitalista – remontam a gradual transição ao longo do século XV no continente europeu de uma sociedade feudal dominada pela figura da Igreja Católica, rumo à uma economia-mundo capitalista centrada no noroeste europeu (WALLERSTEIN, 2011, XIV-XVI). Esta postulação realizada pelo autor é fruto de sua formulação acerca do papel das forças “endógenas” e “exógenas” a este processo. No campo das forças endógenas, destacam-se os crescentes embates entre as elites “feudais” e a centralização política “nacional” – o que culminará na formação de Estados nacionais e a delimitação de suas fronteiras. Já as “exógenas” permeiam o papel do comércio de longa distância que assume uma nova lógica de operação, contrapondo-se ao modelo observado no estágio de império-mundo. O nexo entre estes fatores garantiu a geração da economia-mundo capitalista no decorrer do século XVI (WALLERSTEIN, 1976).

Conforme mencionado, o modo de produção capitalista é intrínseco ao moderno sistema-mundo e sua constante expansão por novos núcleos populacionais no território global foi processo vital para a manutenção e sustentação deste sistema até a contemporaneidade. Isto, pois a acumulação incessante presente no capitalismo é capaz de contrapor tendências monopolizadoras e desintegradoras em termos políticos (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 764).

A expansão da divisão internacional do trabalho para novas áreas e a absorção da lógica capitalista podem ser observadas nitidamente na chamada “incorporação” do continente Americano, assim como da Europa oriental e das possessões comerciais ultramarinas europeias no Indo-Pacífico. Este processo de “incorporação”, segundo Hopkins e Wallerstein (1987, p. 771, tradução nossa):

(...) tem o efeito de criar novas zonas de produção com mão de obra de baixo custo, que então alimenta simultaneamente a capacidade da economia-mundo de se expandir economicamente e a possibilidade de uma parcela renovada e maior da acumulação de excedente global indo para os altos acumuladores.

1.3 DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL NO SISTEMA-MUNDO: CENTRO, PERIFERIA E SEMIPERIFERIA

Conforme ocorre a incorporação de novas áreas, a divisão do trabalho da economia-mundo ramifica-se cada vez mais, assim como os processos de desenvolvimento e distribuição desigual ao redor do mundo. Como instrumento de análise, Wallerstein aplica os conceitos de centro, periferia e semiperiferia – as três posições estruturais em uma economia-mundo (WALLERSTEIN, 1974, p. 401). A relação centro-periferia no “moderno-sistema mundo” de Wallerstein é pautada na divisão do trabalho. De maneira simplista, ao analisar a cadeia produtiva, pode-se definir o centro como aquele que produz bens manufaturados e a periferia produz matérias-primas. Dessa forma, mesmo que uma área tenha sido saqueada por um poder central, ela ainda não é incorporada e periférica até que a produção local esteja integralmente ligada às cadeias produtivas deste sistema-mundo (CHASE-DUNN; HALL, 2019, p.19-20).

O chamado “centro” é a porção do sistema-mundo que detém capacidade de investimento em tecnologia e um amplo parque industrial. Estas características corroboram para a maior capacidade de inovação nos processos produtivos, aumentando assim o lucro da burguesia desses países, como também a condição de monopólio, mesmo que provisória, de suas manufaturas no comércio internacional. Já a “periferia” diz respeito aos Estados que dispõem de grandes quantidades de matérias primas e mão de obra barata. Costumam direcionar sua economia ao extrativismo e, muitas vezes, representam áreas de operação de baixo custo para o capital e as infraestruturas provenientes do centro. Entretanto, a dinâmica centro-periferia pode ocorrer paralelamente em diversos locais, não sendo regra a implicação de que processos de alto valor agregado ocorram, exclusivamente, em zonas que ocupam posição de centralidade no sistema-mundo, uma vez que diferentes perfis de atividade econômica se correlacionam e até mesmo se sobrepõem (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1982, p.92-93).

Nesse contexto, o conceito de semiperiferia torna-se fundamental para o maior entendimento da dinâmica mencionada, haja visto que “um estado semiperiférico é aquele que, tanto no sistema interestatal quanto na rede de cadeias de mercadorias da economia-

mundo, fica próximo ao meio do *continuum* ” (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1987, p. 774). Outro fator chave acerca da semiperiferia é o papel central que desempenha na manutenção de todo o sistema-mundo. Para além de um ponto de intermédio, de acordo com Wallerstein (1974, p.405, tradução nossa):

Essa semiperiferia é então atribuída como se fosse um papel econômico específico, mas a razão é menos econômica do que política. Ou seja, pode-se argumentar que a economia-mundo como economia continuaria a funcionar com cada pedacinho sem uma semiperiferia. Mas seria muito menos politicamente estável, pois significaria um sistema-mundo polarizado. A existência da terceira categoria significa precisamente que o estrato superior não se depara com a oposição unificada de todos os outros porque o estrato médio é tanto explorado e explorador. Segue-se que o papel econômico específico não é tão importante, e assim mudou ao longo dos vários estágios do sistema-mundo moderno.

Para enfatizar de maneira mais concreta este conceito, faz-se útil trazer à luz os critérios formulados por Hopkins e Wallerstein (1987, p. 774, tradução nossa) para a distinção de zonas que desempenham papel de semiperiferia das demais:

- (a) o grau em que há uma mistura geral bastante uniforme de atividades econômicas centrais e periféricas situadas dentro dos limites do estado (ou seja, o estado tende a ficar no final de algumas cadeias produtivas e pontos iniciais de outras);
- (b) o grau em que, nas dimensões de núcleo/periferia, um dado estado se enquadra em um agrupamento intermediário;
- (c) tarefas econômicas especializadas distintas da economia-mundo, cuja natureza muda de época para época;
- (d) o grau em que, em termos políticos, militares e econômicos, o Estado desempenha um papel dominante em uma região;
- (e) o padrão de distribuição entre exportações-importações e produção para o mercado interno, muitos estados semiperiféricos apresentando números desproporcionais de cadeias de mercadorias localizadas em grande parte dentro de sua fronteira.

A semiperiferia, portanto, é um conceito central não apenas nas formulações apresentadas, como também para a defesa da tese proposta neste estudo. Com isso, os critérios citados serão aplicados em capítulos posteriores para a definição de zonas como semiperiféricas, e, assim, demonstrar sua função de alicerce do sistema-mundo na esfera econômica e, especialmente, política.

1.4 CICLOS E HEGEMONIA

Apesar da gênese do moderno sistema-mundo ser datado no século XV, as configurações de suas posições estruturais não se conservaram. E na lógica operante de uma economia-mundo não há intenção alguma que essa conservação ocorra, pelo contrário, “a economia-mundo é constituída de tal maneira que suas operações básicas em todos os

domínios podem ser pensadas como se expandindo e contraindo em ritmos regulares, análogos ao modo como certos organismos vivos respiram ” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 766, tradução nossa).

Essas alterações ocorrem em diversas esferas: nos dados econômicos quantificáveis, nos padrões qualitativos de relações e na arena política e cultural. Ao falar das esferas quantificáveis, refere-se a dados como o ritmo de produtividade e atividade comercial; nível de preços –real e nominal– e de lucro; medidas populacionais como taxas de natalidade e de imigração, nível de produtividade e emprego, salário real e os demais dados econômicos (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 766).

Já no polo qualitativo, este padrão é encontrado nos seguintes modos:

- Nos termos globais de troca entre as diferentes zonas da economia-mundo;
- Na proporção de atividade produtiva intensiva em mão-de-obra para atividade intensiva em capital;
- Em mudanças de localização urbana/rural e centro/periferia das atividades produtivas;
- Nos fluxos migratórios centro-periferia.

Paralelamente, este padrão de alternância também irradia na esfera política – hegemonia versus competição entre potências centrais no sistema interestatal e regimes mais versus menos “autoritários” – e cultural – nacionalismo e internacionalismo (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 767). Todavia, as oscilações mencionadas não apresentam, necessariamente, quaisquer regularidades, conforme postulado por Hopkins e Wallerstein (1987, p. 768, tradução nossa):

A expansão e a contração (ou as fases de alternância) não precisam ser uniformes, nem provavelmente serão. A desigualdade não é apenas quantitativa (quanta expansão ou contração do volume de produção, por exemplo), mas temporal (quanto tempo cada fase) e espacial (o grau em que a descrição de uma fase se aplica igualmente a cada zona da economia-mundo ou mostra padrões sistematicamente inversos). Tudo isso pode resultar em diferenças qualitativas entre ciclos sucessivos. Além disso, não há presunção de regularidade (a mesma irregularidade em cada "ciclo" sucessivo). (...)

Finalmente, fica claro que o que está em questão não é apenas que os fenômenos múltiplos apresentam características cíclicas, mas como os ciclos separados se relacionam entre si.

O processo de mudança de uma fase A para uma fase B – expansão e contração, respectivamente –, é caracterizado de acordo com os autores como um processo entrópico: “*The end of upswing can easily be accounted for by the processes inherent in upswing, in a manner analogous to the operation of entropy*” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p.167),

ou seja, o mecanismo que leva a migração de uma fase de ascensão para um declínio é inerente ao seu próprio processo.

Na esfera de curto prazo, pode ser explicada de maneira simplificada ao ser associada ao “Business cycle” schumpetteriano: uma recuperação, uma vez que é vantajosa para os produtores, trazendo-lhes lucros, estimula ainda mais a expansão da produção pelos mesmos produtores e produtores adicionais. O sucesso contínuo do esforço acaba atraindo demasiados produtores para a operação, dada a distribuição existente do poder de compra mundial (em um período histórico de médio prazo).

Dessa forma, em algum momento, parte do que é produzido não pode ser vendido tão facilmente quanto antes e, portanto, a concorrência se torna mais acirrada. Isso leva à cortes de preços ou outros modos de atividade que prejudicam os vendedores no curto prazo e exacerbam suas relações mútuas. Também leva à busca intensificada de monopólios em zonas restritas, o que também exagera suas relações mútuas. Em algum momento, alguns produtores devem sair do mercado. Iniciando, assim, outra rodada de relativa concentração da atividade produtiva, como também o início a outra rodada de aumento do desemprego.

Todavia, este processo ao ser analisado na perspectiva do longo prazo apresenta mecanismos mais reestruturantes, sendo listados em 4 instâncias: realocação de antigas atividades produtivas; início de ciclos de novos produtos; redistribuição política da mais-valia para alguns segmentos da classe trabalhadora mundial e expansão geográfica na divisão do trabalho da economia-mundo capitalista (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 768).

Com relação ao primeiro e segundo ponto, fator central para a construção do argumento é entender que as chamadas fases B não representam perdas para todos os produtores, sendo fundamentais para o surgimento de inovações disruptivas, iniciando ciclos de novos produtos. Isto, pois, o contexto de queda nos níveis de lucro aumenta o apetite a risco dos produtores, haja visto que, em fases A, a facilidade de se lucrar de maneira mais “tradicional” é profusamente maior (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 769). Ademais, aqueles que sobrevivem às consequências da compressão competitiva, usufruem de receitas líquidas maiores no curto prazo, garantindo perspectivas positivas para investimentos futuros.

As duas últimas instâncias citadas dizem respeito à redução de custos e ao reaquecimento da demanda. Em períodos de maior compressão de lucros, a solução mais sensata a médio prazo diz respeito à redução de custos com a mão-de-obra. Esta redução pode ocorrer de diversas formas, porém daremos destaque ao movimento de migração de indústrias advindas de áreas com maiores salários para zonas em que o trabalho é pior remunerado. Estes movimentos ocorreram diversas vezes na história da economia mundo-capitalista, sendo

atualmente representada por uma migração de zonas do “centro” para a periferia” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 770).

Este movimento tem como resultado a “incorporação” de novas zonas geográficas na divisão do trabalho e o favorecimento da contínua especialização do centro em investimentos em novas tecnologias, garantindo, assim, seu monopólio temporário – o que incorre em altíssimos lucros, produção capital intensiva e atividades de alta remuneração em toda a economia.

Para além da dinâmica de alternância entre as fases mencionadas, um conceito central para o entendimento da operação de uma economia-mundo diz respeito à hegemonia. Diferentemente de um império-mundo, “a superestrutura política de uma hegemonia não é um império burocrático, mas um sistema interestado composto por estados supostamente soberanos” (WALLERSTEIN, 2011, p. XXII, tradução nossa).

A ideia central baseia-se em não apenas um estado forte no sistema interestatal, mas sim em um estado ainda mais forte do que outros estados fortes. Todavia, apesar do padrão de repetição, não há, necessariamente, a existência de uma hegemonia em todos os períodos de uma economia-mundo, podendo haver certo “equilíbrio de poder” entre múltiplos estados fortes. Assim, é concebido por Wallerstein a ideia de que não se deve pensar apenas em estrutura, porém como um processo através do tempo (WALLERSTEIN, 2011, p. XXII-XXIII, tradução nossa).

Outro fator central para o entendimento da hegemonia é a compreensão de seu inevitável declínio. Há uma contradição inerente à manutenção da hegemonia em uma economia-mundo, conforme formulado por Wallerstein (2011, XXIII, tradução nossa):

As potências hegemônicas declinam porque não podem sustentar para sempre seu quase monopólio do poder geopolítico mundial. Isso ocorre porque, ao perseguir seus interesses econômicos, eles acabam minando suas vantagens econômicas. E ao buscar a manutenção de seu poder político-militar, acabam minando seu poder político-militar.

Este processo de declínio ocorre de maneira lenta, gerando, muitas vezes a preservação do alto status político e militar dentro do sistema, ainda que com declinante absorção dos privilégios hegemônico.

As formulações com relação ao poder hegemônico e sua transição são de extrema relevância para a defesa da tese pretendida. Dessa forma, as mesmas serão retomadas e melhor desenvolvidas no capítulo seguinte, visto que será abordado o processo de ascensão

estadunidense ao papel hegemônico e as implicações sobre as relações com a América Latina e, em especial, com o Brasil.

Destarte, o presente capítulo constitui-se como base central para os demais a seguir, compilando conceitos, processos e mecanismos a respeito da teoria do sistema-mundo. Destacam-se, dentre os apresentados, os conceitos de relação centro-periferia, semiperiferia e hegemonia, pois constituem alicerce para as discussões seguintes, sendo resgatados e contextualizados a partir do recorte proposto.

2. A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COMO AGENTE HEGEMÔNICO

2.1 ANTECEDENTES - HEGEMONIA INGLESA

Para entender a construção dos Estados Unidos como agente hegemônico no moderno sistema mundo, é necessário remontar, brevemente, a trajetória de seu antecessor. É consenso entre os teóricos e historiadores de que o século XIX foi marcado pela hegemonia inglesa na ordem econômica internacional e no sistema-mundo (STEIN, 1984, p.356). Nesse aspecto, será trazido à luz os principais eventos e mecanismos operantes nesse período a fim de traçar a transição e consolidação dos Estados Unidos ao papel hegemônico.

Apesar da consolidação da hegemonia britânica ocorrer apenas em 1815, a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi marcada pela expansão do sistema mundo através do processo de incorporações de nações, até então, definidas por Wallerstein como áreas externas (WALLERSTEIN, 2011c, p.129). Após o processo de incorporação, é seguido o processo de periferação das áreas externas agora englobadas no sistema-mundo. De acordo com Wallerstein (2011c, p. 130, tradução nossa):

Se uma analogia pode ser permitida, a incorporação envolve "ligar" a zona na órbita da economia-mundo de tal forma que não consegue mais escapar, enquanto a periferação envolve uma transformação contínua das miniestruturas da área de maneiras que às vezes são conhecidos como o aprofundamento do desenvolvimento capitalista.

Para a maior contextualização do processo de expansão do moderno-sistema mundo é necessário retomar o conceito de fases A e B explanados no capítulo 1. Em vista que o sistema capitalista se move a partir da acumulação de capital, a mesma se dá a partir da presença de monopólios ou quase monopólios que permitem lucros extraordinários que, por sua vez, não são compatíveis com a lógica de livre mercado. No processo de expansão da economia, um agente – ou nação – irá operar como o “produtor” de “produtos líderes” que conferem o caráter monopolista por um período de tempo. Este processo pode ser descrito como uma fase A do Ciclo Kondratieff (WALLERSTEIN, 2011c, p. xvii).

Dessa forma, o século XIX é composto por momentos de fases A e B. Com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra foi capaz de sobrepujar quaisquer ameaças a seu status hegemônico, concretizando seu domínio econômico, político e militar no sistema-mundo. Conforme descrito, o desenvolvimento pioneiro industrial e a liberalização econômica dos

mercados internacionais conferiram seu caráter de detentora de “produtos líderes”, promovendo, progressivamente, sua marcha no processo de acúmulo de capital.

O percurso da Inglaterra à promoção da liberalização econômica internacional, por sua vez, não foi um processo rápido, tão pouco “natural” (STEIN, 1984, p. 360-361). Somente em 1840 que a Grã-Bretanha foi capaz de reduzir suas tarifas e dissolver tratados protecionistas como os atos de navegação e as leis do milho. É imprescindível, contudo, explicar o caráter não apenas econômico do *hegemon*, como também político-militar. A caminhada ao livre comércio foi liderada, também, pela França, havendo a postulação de acordos bilaterais entre as duas nações. Esses acordos traçados no período superaram aspectos apenas econômicos, uma vez que, de acordo com Stein (1984, p. 364-365, tradução nossa):

É importante compreender, portanto, que considerações políticas, e não comerciais ou filosóficas, motivaram a mudança da Grã-Bretanha em suas práticas comerciais. Tanto a Grã-Bretanha quanto a França buscavam um acordo comercial como base para melhorar as suas relações, o que poderia, por sua vez, evitar uma guerra europeia sobre a Itália.

Os franceses queriam associar a Grã-Bretanha ao seu desejo de substituir a Áustria no domínio da Itália. Os britânicos esperavam uma Itália livre e unificada que poderia atuar como um contrapeso tanto para a França quanto para a Áustria. Em outras palavras, considerações políticas fundamentam o desejo de ambos por um acordo comercial.

Dessa forma, em consonância a definição de Wallerstein de hegemonia, a Inglaterra do século XIX foi capaz de exercer sua influência não apenas econômica, como também político-militar. Todavia, é necessário compreender que a hegemonia é apenas a extremidade superior da hierarquia global que constitui a divisão do trabalho centro-periferia (CHASE-DUNN, 2005, p. 236). Neste aspecto, os mecanismos de livre comércio supracitados não representaram uma troca capaz de gerar um bem coletivo, mas sim representaram as relações assimétricas de poder presentes no sistema-mundo capitalista, em que nações são “negadas” de seus benefícios (STEIN, 1984, p. 367).

Para ilustrar a preponderância econômica britânica com relação aos demais países, alude-se ao estudo quantitativo de Jeffrey Kentor (2014). Usando dados econômicos (PIB total e PIB per capita) e indicadores militares (gastos militares) para criar medidas compostas de poder na economia mundial, Kentor explorou a mudanças no poder e hegemonia do núcleo, fornecendo perfis instantâneos para o núcleo países em 1820, 1900, 1930, 1950, 1970 e 1990. Seus resultados indicam que em 1820, a Grã-Bretanha era a potência central dominante com uma pontuação geral composta padronizada duas vezes maior que a de seu rival mais próximo, a França (Kentor, 2014). No mesmo estudo constatou-se que a força veio

principalmente de seu nível de intensidade de capital (como indicado pelo PIB per capita) e força militar.

Outrossim, Wallerstein percebe três estágios dentro de cada hegemonia. O primeiro baseia-se no sucesso da produção de bens de consumo; a segunda é uma questão de êxito na produção de bens de capital; e o terceiro está enraizado na prosperidade em serviços financeiros e investimento decorrente da centralidade institucionalizada do *hegemon* no sistema-mundo maior (CHASE-DUNN, 2005, p. 236).

Nesse aspecto, para além da dominação no comércio internacional, a Inglaterra era a fonte preeminente de investimento internacional, sendo a maior exportadora de capital para suas atuais e ex-colônias na África e nas Américas. Em média, entre 1870 e 1913, investiu 5% de seu PIB no exterior, mas esse valor atingiu um pico de quase 10% pouco antes da Primeira Guerra Mundial (BA, 2017, p. 8). Ademais, o regime de padrão-ouro em vigor em conjunto com a alta mobilidade do capital garantiu às taxas de juros na Grã-Bretanha ampla influência no sistema mundo, não apenas no centro, como também tinha fortes reverberações nas taxas de juros nos países periféricos (BA, 2017, p. 8).

A instituição financeira e monetária central era o *Bank of England* (BOE). Sua atividade principal era redescotar notas para casas de desconto e de empréstador de última instância. Foi através dessas duas funções que o Banco influenciou (e não apenas determinou) a política monetária e taxa de juros. Durante a maior parte do século XIX, as taxas do BOE foram em grande parte um reflexo de dois fatores: a quantidade de reservas de ouro e a demanda por redescoto por outras casas de desconto em Londres. O mecanismo para a operação nas taxas de juros internacionais por parte do BOE dava-se pela baixa das taxas quando a demanda por redescoto era baixa e suas reservas eram abundantes, e aumento das taxas quando a demanda por redescoto era alta e seus níveis de reservas tendiam a ser menores (HOMMER; SYLA, 1996, p.182–5).

A segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX apresentaram crises financeiras no âmago da hegemonia britânica. Isto, pois seus ciclos financeiros e de negócios impactaram condições reais de setores produtivos em outros países devido à sua localização central na economia-mundo. À medida que o ciclo financeiro se expandia na Grã-Bretanha, o capital fluía no exterior da Grã-Bretanha em busca de retornos mais altos, alimentando o crescimento, facilitando o investimento e fomentando a especulação que levou à bolhas e crises (BA, 2021, p. 16).

Mesmo antes da primeira guerra mundial, o chamado “O Pânico de 1907” demonstrou a tendência de transição hegemônica inglesa para os Estados Unidos. Quase uma década de

período de baixas taxas de juros e expansão econômica na Grã-Bretanha facilitou grandes montantes de investimento estrangeiro britânico com destino aos Estados Unidos. As taxas nos Estados Unidos também caíram durante este período e isso criou as condições para crédito e bolhas de ativos que, eventualmente, estouraram e tornaram as instituições financeiras vulneráveis ao pânico vivenciando no outono de 1907. (BA, 2017, p. 16-17).

Portanto, apesar de já apresentar crises e instabilidade, a virada de chave central no que diz respeito à posição hegemônica na economia-mundo capitalista só é consumada com a primeira e segunda guerra mundial. Tais eventos e suas repercussões serão os tópicos centrais a serem discutidos neste capítulo.

2.2 AS GRANDES GUERRAS DO SÉCULO XX E A HEGEMONIA AMERICANA

A primeira e segunda guerra mundial representam grande marco na história do século XX por serem ponto de mudanças sistêmicas e capazes de introduzir uma nova ótica operante. Nesta seção do capítulo será adentrado com maior especificidade o papel das grandes guerras para o processo de tomada hegemônica dos Estados Unidos no século XX e suas repercussões.

Sob a ótica da teoria do sistema-mundo, há alguma indicação de que a guerra internacional coincide com longos ciclos de expansão econômica global (CUPITT; WHITLOCK, WHITLOCK, 1993, p. 47). Esta relação é apoiada por Goldstein (1985, p. 427), que determinou que, ao longo de mais de 400 anos, há uma confluência no fim de um período econômico de expansão e cada escalada periódica na guerra. Em especial, entre os anos 1790-1922, “todos os principais períodos inflacionários (exceto a inflação moderada de 1898-1914) parecem estar relacionados com grandes guerras de poder” (GOLDSTEIN, 1985, p. 429, tradução nossa). Embora não esteja claro se as expansões econômicas tornam a guerra mais provável (por exemplo, ao permitir níveis mais altos de gastos militares) ou se a guerra internacional contribui para a expansão econômica (por exemplo, aumentando a demanda), os dois estão plausivelmente relacionados (GOLDSTEIN, 1985).

No trabalho de Cupitt, Whitlock, Whitlock (1993, p. 46) são determinadas 4 fases da hegemonia britânica, de acordo com a teoria dos sistemas mundo:

- World-systems Ascending Hegemony (1815-1850)
- Hegemonic Victory (1850-1875)
- Hegemonic Maturity (1875-1914)
- Declining Hegemony (1914-1945)

Assim, é implicado que a primeira e a quarta fase do ciclo hegemônico estão mais frequentes associadas com conflitos internacionais. Na primeira fase, os conflitos centram-se na luta para se tornar hegemônico, enquanto na última fase o antigo *hegemon* luta contra seus potenciais sucessores (CUPITT; WHITLOCK; WHITLOCK, 1993, p. 47). Nesse sentido, as guerras mundiais, de acordo com a teoria dos sistema-mundo, representam não apenas o declínio da hegemonia inglesa, como também a ascensão da hegemonia americana.

A primeira guerra mundial (1914 - 1918) concretizou o fim da liberalização comercial internacional observada no século XIX, instaurando a retomada de medidas protecionistas. Além disso, os impactos negativos sobre a Europa continental – particularmente na França e Alemanha – foram representados, especialmente, pelas perdas no capital físico do país com a destruição de fábricas, imóveis, equipamentos etc. (PIKETTY, 2014, p. 157).

O papel da Inglaterra nesta disputa deu-se não apenas em sua participação efetiva nos Aliados, como também no financiamento da guerra, uma vez que era a maior investidora e credora internacional até então. Neste ínterim, teve que lidar não apenas com o financiamento interno de sua participação bélica, como também o de suas colônias e nações aliadas, quadro que intensificou severamente o declínio de sua hegemonia.

Militarily, the UK had been falling behind in the arms race with Germany from 1900 to 1913, primarily as defense spending failed to keep pace with global trends. Financially, London had great difficulty coping with the international scrimmage for liquidity when the Austria-Hungary ultimatum to Serbia caused market perceptions of the risk of war to shoot up on Thursday, July 23, 1914. Foreign exchange and money markets broke down early the following week and, even though the Bank of England raised the bank rate from 3 percent to 8 percent, on Friday, July 31, the London Stock Exchange closed for the first time in its 117-year history. It was not to open again for five months. Thus, the UK government found itself in dramatic need of increasing its military expenditure at the same time that its financial infrastructure became impaired (ELLISON; SARGENT; SCOTT, 2019, p. 59).

Mesmo com a redução das despesas civis e o aumento de arrecadações por meio de impostos, a ampliação maciça dos gastos com defesa durante a grande guerra impulsionou o déficit primário bruto do governo a níveis sem precedentes como proporção do PIB. Com o seu espaço fiscal limitado, a Grã-Bretanha saiu do padrão ouro com o *Currency and Bank Notes Act* de 1914, e sua base monetária de fato quase dobrou de £ 288 milhões em 1914 para £ 531 milhões em 1918 (ELLISON; SARGENT; SCOTT, 2019, p. 61-62).

No entanto, o subsequente aumento da inflação e a depreciação da libra moderou quaisquer desejos que o governo pudesse ter de imprimir mais dinheiro para aumentar ainda mais a oferta de moeda. Em vez disso, os déficits primários de 1914-18 foram amplamente

financiados por empréstimos nos mercados financeiros domésticos e por empréstimos intergovernamentais.

Neste contexto de restrição fiscal e necessidade de capital por parte do Reino Unido, os Estados Unidos iniciam sua ascensão como agente hegemônico. Os EUA emprestaram dinheiro ao Reino Unido antes mesmo de entrar formalmente na guerra em 7 de abril de 1917. No entanto, a maior parte dos avanços seguiu a aprovação do *Liberty Bond Act* em 24 de abril de 1917, que autorizou o secretário do Tesouro a emitir títulos de até US\$ 5 bilhões e usar um máximo de US\$ 3 bilhões para estabelecer créditos para outros governos comprando suas obrigações (ELLISON; SARGENT; SCOTT, 2019, p. 71).

Tabela 1. Transações Governamentais entre o Reino Unido e os EUA, 1916-20 (em milhões de £)

	Recibos (empréstimos)	Despesas (reembolso de empréstimos)	Despesas (juros)
1916	90	30	
1917	285	21	6
1918	539	111	20
1919	393	98	41
1920	184	155	38
Total	1.545	415	105

Fonte: Wormell (2002), tradução nossa

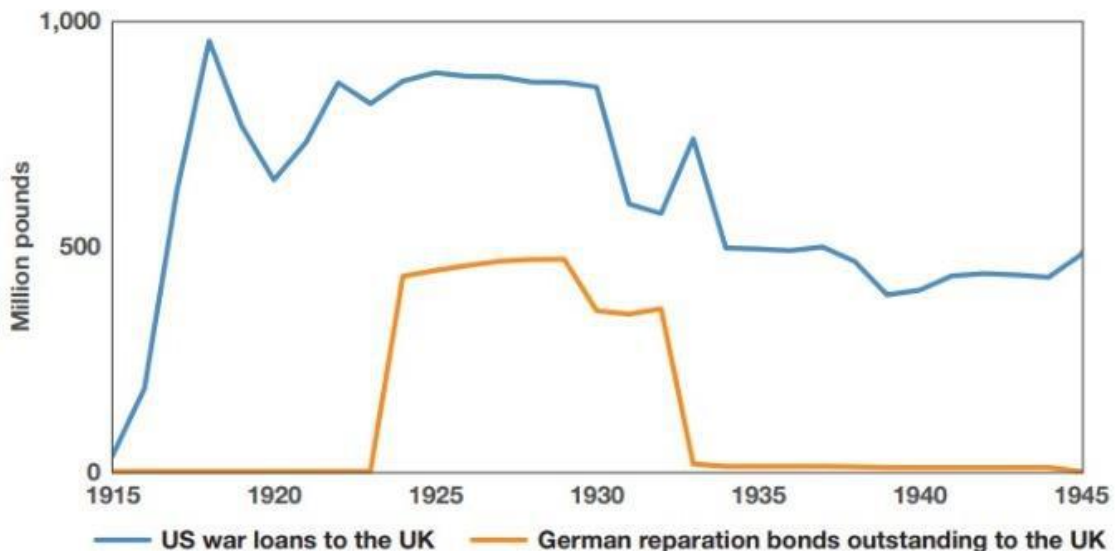
A Tabela 1, advinda do da pesquisa desenvolvida por Wormell (2002), mostra o fluxo de financiamento dos EUA para o Reino Unido recibos recebidos de 1917 a 1920. A emissão de empréstimos de guerra pelos EUA teve um efeito profundo na economia global e cenário financeiro. O que antes era uma rede frouxa de empresas privadas e empréstimos públicos entre os Aliados foi transformado em uma rede mais formal de endividamento bilateral entre governos. Esta rede formada adveio da posição assumida pelos EUA de cobrança de dívidas de um país aliado. Movimento pioneiro no que diz respeito ao financiamento bélico, a cobrança realizada mostra o perfil estratégico norte-americano em busca da conquista de sua hegemonia por meio do enfraquecimento financeiro britânico (HUDSON, 1973). Portanto, os EUA assumiram um papel central como fornecedor final de crédito global, uma posição que causou consternação no Reino Unido.

O período entre guerras intensificou a relação credor-devedor existente entre os EUA e o Reino Unido, consumindo cada vez mais capital político. Em 1922 foi criada a Comissão de Dívidas Externas da Guerra Mundial, sob direção Americana, a fim de negociar acordos de

reembolso com o Reino Unido e a França. O acordo acabou reduzindo a dívida do Reino Unido com o EUA em 20% e cortou a taxa de juros da dívida de 5% para 3% para os próximos 10 anos e 3,5% depois disso (ELLISON; SARGENT; SCOTT, 2019, p. 72).

Somando-se ao status incerto do endividamento interaliado estavam as reparações que a Alemanha concordou em pagar no Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919. Fixado em um nível que o governo estadunidense considerou excessivo e contraproducente, não ficou claro se a Alemanha seria capaz de cumprir seus compromissos. Ademais, também em dúvida ficara o impacto que o não pagamento alemão exerceria sobre a capacidade britânica de quitar sua dívida de guerra com os Estados Unidos, uma vez que os mesmos foram contabilizados para tal liquidação.

Figura 1 Empréstimos de guerra dos EUA para o Reino Unido e obrigações de reparação alemãs excepcionais para o Reino Unido



Fonte: Ellison, Sargent e Scott (2019)

A moratória completa da Alemanha em junho de 1934 colocou a dívida em ainda piores termos, como pode ser observado na Figura 1. Por fim, o empréstimo de guerra dos EUA permaneceu como passivo no balanço do governo do Reino Unido, embora nenhum reembolso tenha sido feito até que ele fosse totalmente compensado em 2015.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, a ascensão da hegemonia americana tornou-se ainda mais clara, sendo o período pós-guerra o consolidador deste processo. De acordo com Wallerstein (1984, p. 106), a "vantagem econômica do *hegemon* é expandida pelo próprio processo da guerra em si, e o acordo interestatal do pós-guerra é projetado para incrustar essa borda maior e proteger contra sua erosão".

O papel americano observado na primeira guerra mundial como financiador e supridor bélico é expandido na segunda guerra mundial para além de recursos monetários e bélicos. De acordo com Arrighi (2005, p. 20), durante a segunda guerra mundial os Estados Unidos tornaram-se rico e poderoso deixando que outros países fizessem a maior parte dos combates reais. Apesar de sua intervenção tardia nas disputas bélicas, durante todo o período forneceu crédito, alimentos e armas, enquanto observava as nações europeias esgotarem umas às outras financeiras e militarmente, visando somente ao seu interesse nacional.

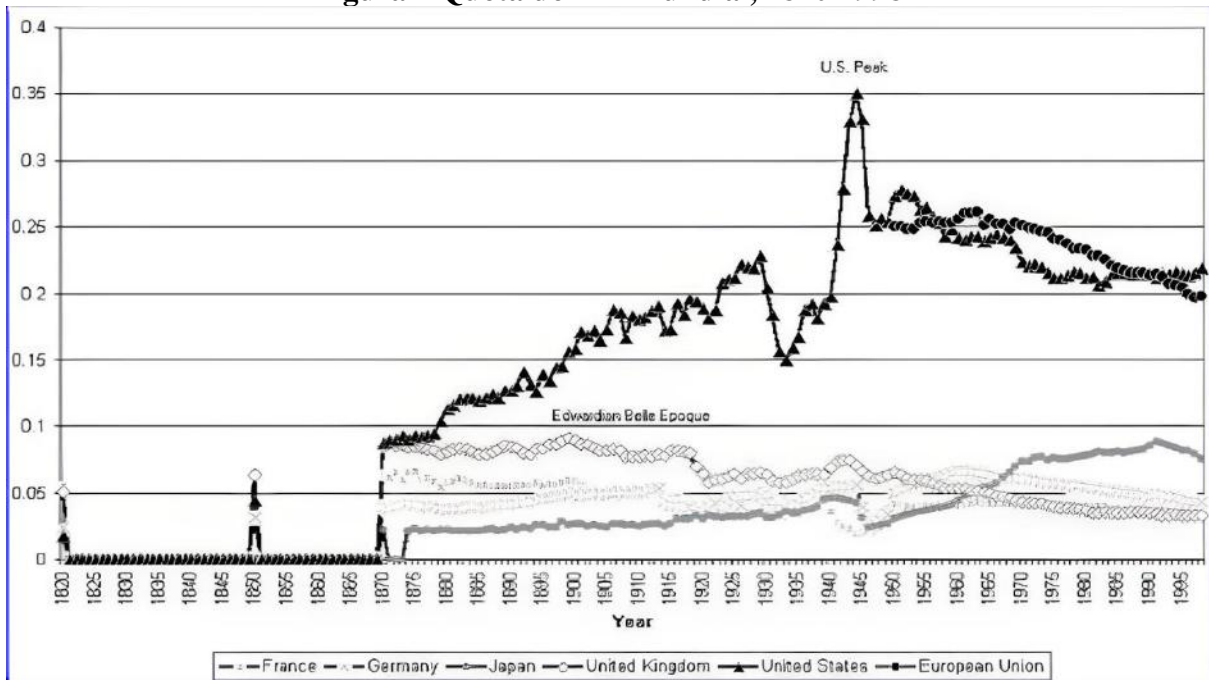
Esta estratégia de atuação tardia foi diretamente influenciada pela conduta do então obsoleto *hegemon* na guerra que o consagrou a hegemonia, segundo Thomas McCormick (1995, p. 34):

Os Estados Unidos a entrou no principal teatro europeu apenas quando a guerra chegou ao seu final e etapa decisiva. Sua presença militar direta atuou para inibir qualquer outra potência continental de tentar ocupar o lugar da França na estrutura de poder continental e reforçou a legitimidade da reivindicação da Grã-Bretanha a uma palavra dominante nas negociações de paz.

Por sua vez, através da Operação *Overlord* (conhecida por Dia D), os Estados Unidos buscaram restringir os interesses soviéticos no oeste europeu e, por conseguinte, garantiram seu lugar nas negociações de paz (MCCORMICK, 1995, p. 33-35).

Para a demonstração mais precisa do crescimento estadunidense em relação ao europeu durante e após a segunda guerra, ver a Figura 2.2, abaixo, elaborada por Christopher Chase-Dunn, Andrew K. Jorgenson, Thomas E. Reifer e Shoon Lio (2005) no artigo “*The Trajectory of the United States in the World-System: A Quantitative Reflection*”.

Figura 2 Quota do PIB mundial, 1820-1998



Fonte: Chase-Dunn et al (2005)

A partir do gráfico apresentado, pode-se observar o pico da participação americana no PIB mundial em 1945, o ano do fim da segunda guerra. Apesar de seu crescimento exorbitante desde 1870, foi apenas neste período que sua hegemonia no moderno sistema-mundo foi consolidada, estando em um patamar inquestionavelmente acima de seu antecessor, além de não apresentar quaisquer rivais a este papel.

Apesar de comprovada sua preponderância a partir da segunda guerra, o entendimento dos mecanismos desenvolvidos no pós-guerra e sua relevância para a sustentação do ápice alcançado torna-se basilar. Dessa forma, a próxima sessão tem por objetivo elucidar a lógica operante no período pós-guerra, com destaque ao acordo de Bretton Woods. Destarte, uma vez compreendida a jornada dos Estados Unidos ao topo do sistema-mundo, é possível traçar com mais clareza seu papel dentro da ordem tripartite nas américas e sua relação com o Brasil em sua atribuição de semiperiferia.

2.2.1 Regime de Bretton Woods

O pós-guerra pode ser caracterizado, conforme apresentado por Cupitt, Whitlock e Whitlock (1993, p 53), como uma fase de “*Hegemonic Victory*” em que os Estados Unidos – novo agente hegemônico – reformulam o *modus operandi* do sistema-mundo capitalista a partir de novas instituições, operações monetárias, financeiras e ideologia.

O momento imediato ao fim do conflito foi marcado por tentativas frustradas de reviver o período entre guerras e reavivar o comércio e produção mundial. Além disso, as políticas monetárias e cambiais tinham como finalidade última restabelecer o padrão-ouro, conforme havia imperado na fase áurea da hegemonia inglesa (TEIXEIRA, 1983, p. 139).

Neste contexto, a Conferência de Bretton Woods (BW) em 1944 foi responsável pela criação de duas instituições e um acordo chave para a atuação americana como *hegemon*: o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O FMI foi órgão fundamental na nova estrutura monetária internacional instaurada, tendo como objetivo zelar pelas regras definidas em Bretton Woods (TEIXEIRA, 1983, p. 146-147):

- Instituição do padrão-ouro divisas, em que a moeda-reserva principal passa a ser o dólar, em um preço fixo de 35 dólares por onça de ouro;
- Sistema de taxas de câmbio fixas, em que cada país membro deveria declarar a paridade de sua moeda em dólares (ou ouro, que eram equivalentes) e comprometer-se a manter dentro do limite máximo de 1% para mais ou para menos;
- Foi aprovada, na ocasião, uma disposição transitória que permitia ajustes eventuais de até 10% dos valores iniciais; dado as condições do imediato pós-guerra;
- O FMI deveria emprestar aos países em déficit, com os recursos de suas reservas de ouro e moedas, provenientes das subscrições de seus membros, e este seria o mecanismo possível de correção de desajustes temporários e cíclicos dos balanços de pagamentos dos diferentes países;
- A cláusula de “moeda escassa” previa sanções tarifárias as nações que apresentassem persistentes superávits nos seus balanços de pagamento e não valorizassem suas moedas;
- Por fim, após um período transitório, o acordo previa que as moedas deveriam ser conversíveis.

Outrossim, o BIRD detinha como função principal conceder empréstimos para financiar investimentos produtivos nos países membros onde houvesse carência de capital privado (TEIXEIRA, 1983, p. 147). Suas primeiras operações destinaram-se a reconstrução europeia, porém, a partir de 1948, houve a mudança de foco para operações de fomento, dispondo os recursos, em sua maior parte, para a periferia da então economia-mundo.

Por sua vez, de forma resumida, as regras do GATT tinham por “objetivo central a redução dos obstáculos ao comércio, em particular das tarifas alfandegárias” (TEIXEIRA, 1983, p. 147-148), constituindo-se como uma declaração de intenções a fim de evitar a

concorrência predatória no comércio internacional. De acordo com Teixeira (1983, p. 148), teve como base 4 princípios fundamentais:

- 1ª) O comércio não deve estar sujeito a nenhuma discriminação; em particular, todas as partes contratantes acham-se obrigadas pela cláusula de nação mais favorecida quanto à incidência de direitos e taxas de importação e exportação e à administração destes tributos;
- 2ª) A única forma aceitável de proteção à indústria nacional são as tarifas alfandegárias; nenhuma outra forma é permitida, nem mesmo o contingenciamento das importações;
- 3ª) As consultas entre os países celebrantes do acordo são o meio para evitar mútuo prejuízo nas trocas internacionais;
- 4ª) O acordo oferece um marco dentro do qual podem encaminhar-se negociações com vistas à redução das barreiras ao comércio.

As regras definidas a partir do acordo nortearam as operações financeiras, monetárias e comerciais por meio do amplo favorecimento americano. De acordo com Teixeira (1983, p. 149), “Esta complexa institucionalidade era obra principalmente do empenho dos Estados Unidos em promover um reordenamento das relações internacionais à sua feição. Tratava-se de afirmar sua própria hegemonia e, ao fazê-lo, revelavam uma particular concepção do mundo”.

Todavia, a instauração do arranjo descrito não deve ser confundida com um processo de transição natural, tampouco orgânico. A definição da ordem operante de Bretton Woods só foi possível após embate entre duas propostas distintas: o Plano Keynes, representando os interesses britânicos, e o Plano White os estadunidenses.

Dentre os diversos pontos de divergência, aqui destaca-se a questão dos meios de pagamento internacionais. O Plano Keynes propunha a abolição do uso como principal meio de pagamento moedas físicas internacionais como ouro ou dólar e sugeriu a criação de uma unidade, por ele denominada *bancor*, que corresponderia ao registro das operações entre os bancos centrais nos livros da Câmara (CARVALHO, 2004). Por sua vez, o Plano White defendia que as moedas nacionais com aceitação internacional, notadamente o dólar, continuariam sendo o meio de pagamento nas operações estrangeiras, e a criação de liquidez internacional continuaria dependendo das políticas monetárias dos países que emitissem essas moedas internacionalmente aceitas (CARVALHO, 2004).

Com a adoção, majoritariamente, das medidas propostas pelo Plano White em Bretton Woods, pode-se caracterizar este acordo não apenas como uma reestruturação dado o fim da Segunda Guerra, mas sim a consolidação da estratégia norte-americana de despedaçar a hegemonia inglesa a fim de garantir seu novo papel hegemônico. Tal pois, dois objetivos principais foram consumados em BW: a movimentação do centro financeiro mundial de

Londres para Nova York e o estabelecimento do papel absoluto que o dólar teria no novo sistema monetário (FILHO, 2019, p. 632).

Deste modo, o arcabouço institucional, a soberania de produção industrial e o controle de fluxos financeiros consolidaram o papel hegemônico dos Estados Unidos no moderno sistema mundo no pós-guerra. Ademais, a definição desta ordem deflagra a busca explícita pelos Estados Unidos da imposição e maturação de sua hegemonia por meio do desmantelamento do poder britânico, colocando, então, o dólar na posição central (FILHO, 2019, p. 632).

2.3 ATUAÇÃO ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina de forma mais substancial são, relativamente, recentes. Durante as primeiras décadas após sua independência, os EUA pareciam indiferentes com relação à América Espanhola e Portuguesa, sendo, em 1796, apenas 3% de toda sua exportação destinada à América Latina (LOWENTHAL, 1976, p. 201).

Até as vésperas da segunda guerra mundial, as políticas direcionadas à América Latina eram focadas apenas ao México, América Central e Caribe. O Brasil, neste momento, não despertava grandes interesses americanos, sendo o objeto de discussão apenas de 1 dos 40 artigos publicados pelo *Foreign Affairs* na modalidade de relações hemisféricas em 1943. Por outro lado, o México, América Central e Caribe representaram o tema de 31 desses artigos (LOWENTHAL, 1976, p. 203).

Com a chegada da segunda guerra mundial é observada uma mudança nesse panorama. Todos os Estados Latino-Americanos integraram a guerra ao lado dos Aliados e a participação do Brasil gerou o envio de uma divisão inteira para a disputa na Itália. A contribuição de suplementos estratégicos aos EUA também decorreu de sua relação com a América Latina, que os forneceu toda a sua quinina e madeira de balsa; 56% de seu estanho; 43% de sua borracha bruta; 83% das importações de cobre, e 76,7% de seu vanádio importado (LOWENTHAL, 1976, p. 203).

Conforme observado a partir de Bretton Woods, aparatos institucionais utilizados como ferramentas de dominação também estiveram presentes na relação centro-periferia constituída. Segundo o professor Abraham F. Lowenthal (1976, p. 204, tradução nossa):

Foi criado um Sistema Interamericano, institucionalizando a supremacia norte-americana. O Tratado do Rio de 1947 (o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) formalizou estreitas relações políticas e relações de segurança no Hemisfério. A Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em

Washington, foi criada em 1948 como uma instituição regional autorizada a impor e fazer cumprir sanções coletivas e atuar como um fórum de primeira instância para disputas surgidas nas Américas. Uma rede de instituições militares da América Latina – escolas, conselhos de defesa, programas de treinamento – forneceu um meio para garantir a influência contínua dos EUA nessa esfera por meio de dispositivos que vão desde armas e procedimentos padronizados até influência pessoal. Uma série de modos bilaterais e multilaterais de fornecer ajuda externa canalizou os EUA assessoria técnica, educacional e econômica. O Desenvolvimento Interamericano O Banco foi criado em 1959 para canalizar recursos dos EUA e outros para a América Latina, com Washington mantendo a influência predominante sobre o uso de seus fundos, e até mesmo um veto efetivo sobre empréstimos em condições favoráveis.

Outra característica essencial para entender a dinâmica instaurada no período pós-guerra diz respeito à Guerra Fria. O mundo bipolar possibilitou aos EUA exercer de maneira ainda mais direta sua atuação como o centro do sistema-mundo. O enraizamento da Guerra Fria durante a década de 1950 produziu o amadurecimento da hegemonia, sendo a relação entre o Estado americano e o capitalismo um elo retroalimentar: as ações estadunidenses no período vieram para melhor servir o capitalismo, bem como servir a si mesmo, através da expansão global contínua (SCHWOCH, 1993, p.15).

Neste ínterim, a atuação americana na América Latina tinha como objetivo maior a manutenção de seu papel hegemônico no sistema-mundo capitalista em meio a atuação do bloco socialista. A preocupação predominante dos EUA com a Guerra Fria foi amplamente prescrita pelas nações da América Latina e do Caribe como suas próprias, podendo ser exemplificada por uma resolução da OEA (Organização dos Estados Americanos) adotada em Caracas, em 1954, na qual proibia o comunismo neste hemisfério (LOWENTHAL, 1976, p. 204). Durante este período, menos da metade dos membros da OEA mantinham relações diplomáticas com a União Soviética. Nenhum país da região, exceto Cuba, teve qualquer relacionamento remotamente comparável em importância aos seus laços com Washington.

Dessa forma, com a Revolução Cubana (1959), por um breve momento, Washington pareceu se importar profundamente com toda a região: preocupar-se com seu crescimento econômico, seu desenvolvimento social e político. Com o intuito de asfixiar possíveis efervescências revolucionárias, houve a construção da Aliança para o Progresso, uma nova política institucional de cooperação internacional para o desenvolvimento rural, um projeto voltado para as áreas rurais pobres - para desviá-las da adesão à política de confronto dos movimentos sociais e optar, em vez disso, pelo desenvolvimento local (VELTMEYER, 2005).

Na esteira do combate a movimentos sociais de esquerda, instituições interamericanas floresceram à medida que as preocupações dos EUA com a região se intensificaram. A equipe

e o orçamento da OEA quintuplicaram depois de 1961, e os programas do Banco Interamericano de Desenvolvimento se expandiram em ritmo semelhante (LOWENTHAL, 1976, p. 205).

A década de 60 é marcada por intervenções ainda mais severas na vida política da América Latina. Sob a escusa da defesa da democracia, o governo norte americano realizou uma série de interferências político-militares nas nações latino-americanas, colocando sua soberania e governança à mercê de seus interesses. A defesa da democracia contra o perigo iminente do comunismo expôs a hipocrisia estadunidense, uma vez que houve clara preferência dos EUA por aliados autoritários e o patrocínio, bem como apoio à sustentação, de ditaduras militares na região (VELTMEYER, 2011, p. 106).

Os rumos políticos destes países dependiam de uma dura barganha com corporações e interesses financeiros americanos, bem como com as classes dominantes – uma vez ameaçando os interesses dos EUA, estes governos poderiam ser classificados como comunistas, inimigos das forças da liberdade e ameaça à democracia. Em resposta, ou em algumas conjunturas em antecipação a essa ameaça, os EUA mobilizaram seus meios militares na tentativa de derrubar regimes considerados antitéticos aos seus interesses: Arbenz em Guatemala (1954), Fidel Castro em Cuba (1961), Bosch na República Dominicana (1963), Goulart, um nacionalista moderado, no Brasil (1964), República Dominicana (1965), Jagan na Guiana (1953) e depois Allende no Chile (1973) (VELTMEYER, 2011, p. 105).

Neste aspecto, a estratégia utilizada para garantir o local de periferia da América Latina dentro do sistema-mundo capitalista baseou-se em duas frentes: o “punho de ferro” da força militar – por meio dos regimes autoritários e repressivos instaurados – e na luva de veludo da assistência ao desenvolvimento ou da ajuda externa – pela atuação da Aliança do Progresso em áreas rurais.

Assim, o período pós-guerra na região apresentou mudanças estruturais em seu desenvolvimento econômico e rumo político que apresentam, até hoje, cicatrizes em seus regimes democráticos. O caso brasileiro, a ser explorado com maiores detalhes no próximo capítulo, revela a jornada de uma nação que migrou de seu papel periférico para a posição de semiperiferia por meio da intenção de manutenção de poder do *hegemon*.

Com isso, a influência estadunidense no continente americano e no mundo cresceu, em dimensões nunca antes vistas, com o fim da guerra. Dessa forma, com a extensão da já presente rede de dominação no México e América Central em direção à América do Sul, é constituída a ordem tripartite nas Américas. Neste aspecto, com a intensificação dessas relações, os Estados Unidos maturam seu papel de centro e *hegemon*, a América Latina de

periferia global e o Brasil constitui-se como uma semiperiferia estratégica para a manutenção deste sistema a ser abordado no capítulo seguinte.

3. A ATUAÇÃO DO BRASIL COMO SEMIPERIFERIA NA AMÉRICA LATINA

A semiperiferia, de acordo com Wallerstein (1974, p. 45), exerce um papel de estabilizador da ordem centro-periferia, uma vez que impede a unificação plena da periferia. Além disso, mesmo sendo também explorada, desempenha a função de explorador em sua região. Nesse sentido, o presente capítulo irá demonstrar, a partir de dados e eventos históricos, a construção e atuação do Brasil como agente intermediário entre o centro – Estados Unidos – e a periferia – América Latina.

Evocando alguns critérios apresentados no primeiro capítulo, a determinação de uma nação como semiperiférica pode ser feita a partir do seu nível de domínio econômico, político e militar em sua região, do seu lugar nas cadeias de produção – muitas vezes estando presente no início e final de diferentes cadeias produtivas –, além do padrão de distribuição entre exportações-importações e a produção para o mercado interno. Deste modo, a partir da exposição da trajetória brasileira no pós-guerra, será possível consolidar a classificação proposta pela tese.

3.1 PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A marcha do Brasil rumo a sua industrialização no século XX apresenta um embate teórico entre a “Teoria dos choques adversos” – amplamente difundido pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) – e a tese de “Industrialização induzida pelas exportações”. Na primeira abordagem, eventos globais de ordem disruptiva, com destaque a crise de 29 e as duas Guerras Mundiais, interferem diretamente nos rumos econômicos do Brasil, sendo grandes pontos de estímulo para a produção industrial, assim como descrito por Pereira:

(...) a indústria surgiu no Brasil como uma resposta às dificuldades de importar produtos industriais em determinados períodos. Como exemplo, poderíamos citar a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão dos anos 30. Nestes momentos, em que se diminuía o valor das exportações, grava-se um protecionismo, que aumentava a rentabilidade da indústria. Assim, passava-se a produzir internamente, com vistas a suprir a falta de importações (PEREIRA, 1977, p. 156-157).

Já a vertente de industrialização induzida pelas exportações defende a relação positiva presente no aumento das exportações e investimento interno na indústria. Isto ocorre através do aumento da renda interna provocada pelo setor, gerando, assim, maior demanda por itens manufaturados internamente. Este mecanismo é explanado por Pereira:

(...) a indústria apareceu nos momentos de expansão da economia cafeeira. (...) nestes momentos ocorria expansão da renda e do mercado consumidor, através do aumento da massa salarial, bem como aumentava a oferta de divisas necessárias à importação de equipamentos industriais para investimentos (PEREIRA, 1977, p. 156-157).

No presente trabalho, não há intenção de aprofundar-se no debate, mas sim considerar as duas tendências enunciadas ao analisar a trajetória brasileira rumo ao seu papel semiperiférico, de forma que as duas teorias não sejam mutuamente excludentes.

Isto posto, o ponto inicial do processo de industrialização brasileira anterioriza a Segunda Guerra Mundial, todavia, este evento configura-se como ponto de mudança na estrutura da economia mundial e, por consequência, nos rumos da industrialização brasileira. Um exemplo claro diz respeito à evolução das exportações brasileiras no período da Guerra:

Mostrando o poder de adaptação da indústria brasileira às necessidades da pauta de produtos no mercado mundial, aumentou significativamente a exportação de produtos manufaturados no período de guerra, saindo de uma representação de 0,4% do valor total das vendas em 1938 para 18,2% em 1945, evidenciando a oportunidade de desenvolvimento da indústria nacional criada durante esses anos (COSTA, 2010, p.22).

Considerar o papel desempenhado pela Guerra na performance e características das exportações brasileiras é indispensável, visto que os principais parceiros no comércio internacional – Grã-Bretanha e EUA –, até então, encontravam-se imersos na disputa, direcionando suas economias a partir de estratégias de batalha. O rompimento com a Alemanha como parceira comercial marcou diretamente a relação do Brasil sob o conflito e o estreitamento dos seus laços com os EUA.

As relações de comércio com a Alemanha, até 1934, baseavam-se principalmente na exportação de café. Com a chegada de 1935, o governo alemão busca amplificar seus laços comerciais com o Brasil, visto que vislumbra a possibilidade de obtenção de matérias-primas centrais em troca de investimentos financeiros e tecnológicos focados na industrialização brasileira (SEITENFUS, 2003).

Desta forma, a partir de 1936 o Brasil aceita o novo plano alemão, também conhecido como plano Schacht, que se caracterizava como uma estratégia comercial alemã em que o Brasil se comprometia a fornecer anualmente à Alemanha 60 mil toneladas de algodão e 96 mil toneladas de café (SEITENFUS, 2003, p. 18). A preocupação de Washington se acentua diante da situação quando, ao final de 1934, os EUA percebem que a Alemanha está crescendo em números no comércio-exterior brasileiro à medida em que os mesmos estão em queda.

Tabela 2 Comércio Brasileiro com os EUA e a Alemanha (1933-1938) em porcentagem calculada com base nos números absolutos em libras-ouro fornecida pela SDN, Statistiques du Commerce International, Genebra, 1934-1939.

Ano	Importação de:		Exportação para:	
	Estados Unidos	Alemanha	Estados Unidos	Alemanha
1933	21,2	12	46,7	8,1
1934	23,7	14	39,5	13,2
1935	23,4	20,4	38,9	16,5
1936	22,1	23,5	38,9	13,2
1937	23	23,9	36,2	17,1
1938	24,2	25	34,3	19,1

Fonte: Seitenfus (2003)

Conforme demonstrado na Tabela 2, o protagonismo dos Estados Unidos na importação brasileira foi superado pelo alemão em 1936, demonstrando o grau das afinidades germano-brasileiras do período. Outro ponto relevante desta aproximação diz respeito ao fluxo imigratório de alemães no Brasil. De acordo com Seitenfus (2003), o número de cidadãos alemães estabelecidos no Brasil, em 1920, é pouco superior a 50 mil pessoas, enquanto no período de 1920-1937 chega a ser superior a 222 mil pessoas.

Neste contexto, a atuação norte-americana passa a ser mais direta sobre os rumos que o Estado brasileiro deve adotar em meio à guerra. Sob a influência da Política da Boa Vizinhança, o estreitamento das relações diplomáticas e financeiras entre os EUA e a América Latina no período analisado pode ser interpretado como uma estratégia de manutenção do controle da região em vista da ameaça alemã. Logo após o início da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, foi realizada uma reunião no Panamá contendo ministros exteriores americanos. De acordo com Helleiner (2014, p. 74, tradução nossa), “o objetivo central dos EUA nessa conferência era persuadir os países latino-americanos a permanecerem neutros na guerra e verificar o crescimento da influência política e econômica do nazismo na região”.

Em consonância com o quadro apontado, com o decorrer da guerra foi iniciada a pauta de negociações entre o Estado brasileiro e o norte-americano acerca de fornecimentos de equipamentos militares, plano de cooperação econômica em larga escala e projetos de defesa continental. O Governo Vargas, de acordo com Arguelhes (2010, p. 116), “soube negociar e

se impor perante os Estados Unidos. Siderúrgicas, armas modernas e novos fluxos de investimentos. Tudo isso pode ser considerado subsídio para o desenvolvimento, mas também são símbolos poderosos de progresso e poderio”.

Seguindo a entrada oficial dos Estados Unidos no confronto armado em dezembro de 1941, após bombardeios de submarinos brasileiros por tropas alemãs, o Brasil declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália em 21 de agosto de 1942. Este movimento mostrou-se alinhado ao projeto político de Vargas de fortalecimento das Forças Armadas brasileiras internamente e aos olhos dos vizinhos do Cone Sul e de assegurar a importância para o Brasil no cenário internacional na qualidade de aliado especial dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Um dos frutos mais relevantes para o Brasil no período diz respeito às suas negociações econômicas, em especial ao financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Apesar de grande avanço no que diz respeito à formação bruta de capital fixo nacional, sua instalação não propiciou a independência industrial brasileira, necessitando do capital e tecnologia norte-americana para manter seu funcionamento. Portanto, garantia-se os interesses estadunidenses, como observado na citação de Moura:

Pela primeira vez a cooperação econômica do governo americano estimulava uma nova linha de produção na América Latina e não apenas o comércio complementar. A experiência ainda assim foi cercada de cuidados para impedir que esse projeto não fortalecesse os setores que no Brasil pudessem opor-se à influência dos EUA no hemisfério: os recursos seriam liberados gradativamente e para aquisição de maquinaria somente nos EUA (...) (MOURA, 1980:154-155).

Sendo o único país latino-americano a participar efetivamente do conflito armado na segunda grande guerra, pode-se interpretar que sua participação se caracterizou como ação central em sua construção como agente semiperiférico, uma vez que coloca o Brasil em um estágio acima no que diz respeito as alianças com o agente hegemônico do período. Portanto, o contexto observado no pós-guerra é capaz de demonstrar o estreitamento dessa relação e, em seguida, os desdobramentos para a política do Estado brasileiro na América Latina.

3.2 O PÓS-GUERRA E A RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS: A CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL COMO SEMIPERIFERIA

Conforme demonstrado no capítulo 2, o período pós-guerra representou o triunfo estadunidense na hegemonia da economia-mundo. Como agente hegemônico em meio ao mundo bipolar, sua política econômica externa tornou-se ainda mais objetiva em adentrar as demais economias capitalistas por meio do mecanismo de exportação de capitais. Dessa

forma, no caso latino-americano o investimento americano direto foi de extrema relevância nas experiências de industrialização retardatária.

Há uma relação direta entre a eclosão da Guerra Fria e a chamada Era de Ouro do Capitalismo (MAZZUCHELLI, 2013). Para Mazzucchelli, o Estado de Bem-Estar presente nos países centrais no período pós-guerra é resultado do movimento de preservação da estrutura capitalista, uma vez que

(...) a questão que sempre se colocou às lideranças dos países capitalistas avançados - certamente até o final dos anos 1960 - foi a de alcançar a maior expansão econômica possível, com a mais ampla e favorável distribuição social dos frutos do crescimento. Além da rigorosa preparação militar e da intervenção direta nas zonas consideradas "de influência" (sobretudo por parte dos EUA), seria este o antídoto mais eficaz no combate à "ameaça comunista". De fato, de nada adiantaria proclamar a supremacia do capitalismo sobre o comunismo se os resultados não fossem tangíveis (MAZZUCHELLI, 2013, p. 106).

Dado este contexto de busca por crescimento econômico internacional na ala capitalista, no período pós-guerra, detendo enormes massas de capital, os monopólios norte-americanos as direcionaram para o exterior. O investimento direto norte-americano no exterior aumentou entre 12% e 15% anualmente; seu valor contábil era já de 32 bilhões de dólares em 1959, alcançando 80 bilhões em 1970 (um aumento recorde de 22% em relação ao ano anterior) (MARINI, 2012, p. 36).

Em menor grau, seja por medo por medo ou por cálculo estratégico, a “solidariedade” entre os países centrais também pode ser observada em zonas periféricas de importância estratégica e semiperiféricas, como o caso brasileiro (FIORI, 1997, p. 143). Nesta conjuntura, o investimento direto estadunidense na indústria manufatureira latino-americana passou de 6,7% do valor total em 1929 para 19,1% em 1950. O aumento dessa porcentagem foi mantido, chegando a 32,3% do investimento total em 1967, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 Investimento Direto norte-americano na América Latina* (bilhões de dólares)

	1	2	3
Anos	ID Total	ID manufatureiro	Relação ^{2/1} em %
1920	3,5	0,2	5,7
1940	2,7	-	-
1950	3,8	0,7	19,1
1960	7,4	1,5	20,2
1965	9,4	2,7	29,2
1967**	10,2	3,3	32,3
* Exclui Cuba e países não membros da OEA.			
** Preliminar			

Fonte: Marini (1976)

Ao destrinchar estes dados de acordo com os países da América Latina, há o destaque para três países receptores de mais de dois terços desse valor. Nos mesmos, a proporção que cabe ao setor manufatureiro é muito mais elevada que a média: 64% para a Argentina, 68% para o México e 69% para o Brasil, em 1968, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) (PINTO, 1973, p. 344).

Imerso no processo de substituição de importações, entre as décadas de 1920 e 1940, a indústria latino-americana obteve, em alguns países, um peso importante no mercado interno. Essa penetração do capital estrangeiro na economia latino-americana, e em particular em seu setor manufatureiro, é apresentada por alguns autores como um processo de internacionalização do mercado interno, uma vez que indica um aumento da participação da produção nacional em um mercado já constituído, e constituído precisamente por um caráter internacionalizado (MARINI, 2012, p. 45-46).

Neste sentido, de acordo com Marini (2012, p. 46), “o que caracteriza realmente o período do pós-guerra é a reconquista desse mercado pelo capital estrangeiro, não mais através do comércio, mas sim da produção”. Assim, o investimento direto de capital estrangeiro – em especial o norte-americano – “representa a internacionalização (e a conseguinte desnacionalização) do sistema produtivo nacional, isto é, de sua integração à economia capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 45-46).

Essa integração produtiva se dá sob uma forma distinta, a qual começara a operar desde o final do século passado, mediante os chamados "enclaves" que consistiam na simples anexação de áreas produtivas (em geral extrativas, ainda que também agrícolas) aos centros industrializados, permanecendo essas áreas subtraídas da estrutura produtiva nacional, com exceção das transferências de valor que lhes eram feitas mediante a via tributária e, em menor medida, salarial. Agora, trata-se da vinculação do capital estrangeiro a um setor da estrutura produtiva nacional, que tem

como contrapartida sua desnacionalização em termos de propriedade, ainda que não sua subtração da economia nacional.

No caso brasileiro, a participação do capital estrangeiro esteve lado a lado do capital privado nacional, do Estado e das empresas públicas, configurando o tripé por trás do crescimento econômico do período – o PIB cresceu a uma taxa média que ultrapassa 7% ao ano no pós-segunda guerra (SERRA, 1982, p. 6). Neste ínterim, a indústria alcançou o status de eixo dinâmico da economia, com destaque para os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

Portanto, nota-se que o salto industrial foi tão acelerado que, entre 1949 e 1970, o setor industrial elevou sua participação na renda interna de 20,2 a 27,3%, sendo o guia do acentuado crescimento do período. O crescimento supracitado também ocorreu em termos de PIB por habitante, levando Serra (1982, p.6) a afirmar que, “ao contrário do que ocorreu com o conjunto do Terceiro Mundo, a diferença entre a produtividade média no Brasil e nos centros capitalistas desenvolvidos diminuiu no após-guerra”.

Assim, em termos de tendência de longo prazo, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu no após-guerra a uma taxa média que ultrapassa os 7 por cento ao ano, o que significa dobrar o seu volume a cada dez anos e aumentar mais de dez vezes entre 1945 e 1980. Trata-se de um desempenho superior ao conjunto dos países capitalistas e semelhante à média dos países socialistas. Esse maior vigor relativo da economia brasileira transparece inclusive em termos do crescimento do PIB por habitante, o que permite afirmar que, grosso modo, ao contrário do que ocorreu no terceiro mundo, a diferença entre a produtividade média do Brasil e nos centros capitalistas desenvolvidos diminuiu no após-guerra (SERRA, 1982, p 6).

Todavia, o processo de crescimento do período pós-guerra não se mostrou constante, sendo marcado por ciclos e apresentando grandes desequilíbrios. Esses podem ser explicitados em cinco principais frentes segundo Serra (1982): (i) a falta de modernização do setor agrícola que teve impactos negativos no nível do preço dos alimentos e dos rendimentos reais dos trabalhadores rurais, (ii) um atraso tecnológico no desenvolvimento industrial frente aos países capitalistas desenvolvidos mesmo com a expansão do setor de bens de capital no Brasil, (iii) o aumento da dívida externa, (iv) a extrema dependência do desenvolvimento da economia brasileira ao petróleo e (v) a inflação crescente e elevada, que foi sentida mais intensamente durante as suas duas fases de aceleração descontrolada - 1962 a 1964 e a partir de 1979, ocasionando como reação políticas econômicas contracionistas.

Outrossim, houve a ampliação da desigualdade social, em que as distâncias relativas entre os níveis de renda da população brasileira aumentaram consistentemente desde os anos 60 e um terço das famílias brasileiras ainda se encontravam abaixo da linha da pobreza,

segundo dados do IBGE de 1974/75 (SERRA, 1982, p.10). Nesse contexto, destaca-se a política social regressiva dos anos entre 1964 e 1974, marcada por baixos salários, enfraquecimento da estabilidade dos empregos, diminuição de gastos públicos com enfoque social e represália à liberdade sindical.

Apresentado o panorama geral do desempenho e principais problemas do período, é necessário reforçar que a presente tese não intenciona destrinchar com maiores detalhes as políticas econômicas de todos os Governos pós-guerra. O intuito desta seção do capítulo é salientar o papel apresentado pelos EUA no quadro supracitado e como esta relação reverbera, diretamente, na construção da posição de semiperiferia do Estado brasileiro.

Por conseguinte, o ponto de destaque repousa nos fluxos de capital estrangeiros, em especial estadunidenses, que adentraram a economia brasileira. O primeiro momento ênfase é dado pelo “boom” do Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960), em que houve uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto, articulado diretamente pelo Estado.

Neste ciclo de crescimento, houve a instalação de indústrias de bens de capital como automobilísticas, de construção naval, material elétrico pesado como também a ampliação das indústrias de base como a siderurgia, a de metais não ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose. Para além dos investimentos estatais em infraestrutura e na produção direta de insumos como a ampliação da CSN, da Petrobrás e a criação da Eletrobrás, instrumentos de política econômica foram decisivos para os avanços mencionados. (SERRA, 1982, p. 23-24). A Instrução 113 foi criada como expediente para atrair a curto prazo os investimentos diretos em não apenas os setores de tecnologia mais complexa, mas também para direcionar esse fluxo de capital para o déficit da balança de pagamentos contraída em função do boom importador do biênio 1951/52 (SERRA, 1982, p. 23-24).

Desta maneira, a década de 1950 apresenta o início do processo de intensificação de entrada de capitais estrangeiros nos setores produtivos brasileiros, caracterizando-se como uma frente do tripé do desenvolvimento industrial e econômico do período. Porém, com o regime militar, a estrutura institucional e jurídica brasileira é reorganizada a fim de atrair para si o fluxo de dinheiro. Dessa forma, Marini (2012, p. 60-61) aponta que:

Em 1965, ampliou-se o regime proporcionado ao capital estrangeiro, mediante a modificação da Lei nº4131, de 1962, que já lhe proporcionava condições bastante vantajosas, e se abriu a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre empresas estrangeiras e locais.

O ano de 1967 representa um marco no que diz respeito à gestão dos fluxos de capitais: a tomada e o repasse de créditos às empresas no país, para financiar seu capital fixo e de giro, foi outorgada aos bancos comerciais e de investimento por meio de novas medidas. Portanto, há o surgimento de um verdadeiro mercado de capitais no país (VON DOELLINGER et al., 1974, p. 55 ss.). Neste novo contexto, é visto a eclosão de investimento estrangeiro a médio e longo prazo, que somara 1.028 milhões de dólares em 1966-1970, e crescia em progressão geométrica: 2.319 milhões em 1971 e 4.788 milhões de dólares em 1972; o item que apresentou um aumento mais espetacular foi o dos empréstimos e financiamentos em moeda, que passaram de 479 a 1.379 e a 3.485 milhões de dólares nos períodos apontados (MARINI, 2012, p. 61).

Em vista deste quadro, a economia brasileira encontra-se lançada à órbita do capital financeiro internacional. É promovido, então, a busca incessante para atração desses fluxos monetários para si, mesmo não sendo capaz de assimilá-lo em sua integridade enquanto capital produtivo. Portanto, inicia-se o projeto de reintegração desse fluxo monetário ao movimento internacional de capitais, levando o Brasil a instituir, a seu modo dependente e subordinado, “a etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás” (MARINI, 2012, p. 62).

3.2.1 Cooperação Antagônica

O período pós-guerra para a economia e Estado brasileiro, conforme demonstrado, configurou o fortalecimento de sua aliança com os EUA, de forma a promover o processo de industrialização brasileira e propiciar períodos de alto crescimento. Todavia, apesar de resultados, em geral, positivos no hiato, os aspectos negativos supracitados não devem ser, de forma alguma, atenuados.

Isto posto, pode-se destacar o caráter contraditório presente na aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Dentro deste binômio centro-semiperiferia, Marini reservou o termo criado pelo marxista alemão August Thalheimer denominado cooperação antagônica (COUTINHO, 2013, p. 5). Referenciando Coutinho, o conceito pode ser destrinchado:

A cooperação antagônica identifica nesta dinâmica um jogo de papéis que se inter cruzam. De um lado, temos o Brasil promovendo sua influência em nome de sua expansão pela região latino-americana, a partir de sua posição intermediária na divisão internacional do trabalho. De outro, temos os Estados Unidos que estão, antes de tudo, reafirmando três fatores político-estratégicos primordiais: sua influência na América Latina, seu papel enquanto poder central na região e a manutenção da dependência do Brasil (COUTINHO, 2013, p.5).

Como será explorado na próxima seção, a tese de subimperialismo está diretamente interligada com o conceito de cooperação antagônica. O subimperialismo implica a atuação do Brasil no subsistema regional de poder sul-americano como um papel expansionista análogo ao dos Estados imperialistas, porém sob laços de dependência perante as economias dominantes (LUCÉ, 2007, p. 12).

Estas relações de dependência são grandes estranguladores da possibilidade de superação de problemas estruturais na economia brasileira e que, segundo Luce (2007, p.12-13), sua causa deriva, em última instância, da impossibilidade de um país como o Brasil, que atingira uma composição orgânica média do capital, promover um desenvolvimento capitalista autônomo no quadro das relações de dependência”.

Dessa forma, o papel semiperiférico brasileiro o posicionando em meio às relações centro-periferia provocou uma série de mudanças na configuração da sua economia interna, forçando a burguesia nacional a se utilizar de novas estratégias. Estas transformações fizeram do país, que atingira uma composição orgânica média nacional do capital, um aliado do capital dos Estados Unidos, país que faz parte do grupo central da economia mundial (COUTINHO, 2013, p. 5). Todavia, apesar da posição de aliado dentro da ordem tripartite americana, há o reforço desta dependência por parte do Estado norte-americano que implica, conforme demonstra Luce (2007, p.13):

Entre os efeitos provocados por essa situação nos países dependentes, encontram-se a inibição da demanda efetiva interna e a redução do excedente econômico investível. Ambos tornaram-se fatores a obstaculizar a continuidade do processo de industrialização nos marcos capitalistas, ao reduzir o mercado consumidor e a capacidade de importar maquinaria. As contradições daí advindas geraram um impasse cujo desfecho acabou por provocar o fracasso do projeto nacional-desenvolvimentista e a conseqüente integração do Brasil ao imperialismo como solução encontrada pela burguesia brasileira para assegurar seu poder, mesmo sob a condição de sócia menor do capital do centro dominante. O desenrolar desse processo trouxe dois desdobramentos significativos. Enquanto o problema da tecnologia conduziu à integração ao capital estrangeiro como meio de levar adiante a industrialização, a solução encontrada para o exíguo mercado interno foi o recurso ao comércio exterior como fator de realização de capital.

De acordo com Luce (2007, p.13), “esse processo foi instaurado com o golpe de 1964 e o regime tecnocrático-militar por ele implantado”. Isto, pois, para além da visão do regime militar como apenas a transmissão de políticas dos EUA, de acordo com Marini, trata-se de uma configuração mais complexa e contraditória. Simultaneamente a associação à política hegemônica mundial estadunidense, o Estado brasileiro buscava uma autonomia relativa de sua dependência por meio da extração de concessões da potência dominante, gerando atritos em diversos assuntos, configurando a chamada cooperação antagônica (MARINI, 2012).

A cooperação antagonica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico, que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe uma disjuntiva entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando para a ruptura. É o que se passou no Brasil em 1964 (...) (MARINI, 1980, p. 63).

Reproduzindo à escala mundial [isto é, nas relações internacionais] a cooperação antagonica levada a cabo no interior do país, ditos regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico: Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se chocam continuamente com este, em seu desejo de extrair maiores vantagens do processo de reorganização em que se encontram empenhados (MARINI, 2018, p. 20).

Nesta esfera, faz-se válido trazer o conceito de autonomia utilizada por Marini. A autonomia buscada pelo estado brasileiro em meio a sua dependência, diz respeito à criação de uma esfera de influência regional própria, respondendo pelos interesses das frações nacionalitárias do capital (LUCE, 2007, p. 13). Nesse sentido, é observado a composição de “uma divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil compra matérias-primas dos países vizinhos e vende-lhes manufaturas; exporta-lhes capitais e lhes extrai dividendos” (LUCE, 2007, p.13-14). Porém, como supracitado, esta autonomia é limitada por sua dependência aos EUA, tornando-a somente relativa. Destarte, a próxima seção deste capítulo irá destrinchar a marcha brasileira em seu processo de subimperialismo na América Latina e a relação direta com o seu papel de semiperiferia.

3.3 O BRASIL NA AMÉRICA LATINA: SUBIMPERIALISMO

A atuação como semiperiferia implica, conforme já foi apresentado e discutido no estudo, certo grau de “dominação” de outras regiões. No caso brasileiro, esta ação foi realizada no território latino-americano. A percepção desta conduta está diretamente atrelada a estudos e formulações acerca do subimperialismo brasileiro. Dessa forma, esta seção do capítulo tem por objetivo estabelecer a conversa entre o conceito de semiperiferia da teoria do sistema-mundo com o conceito de subimperialismo.

O projeto de subimperialismo conduzido pelo Estado brasileiro, conforme apresentado por Marini, é o estágio assumido por uma economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (MARINI, 2012, p. 31). Neste estágio, mesmo que ainda subordinado e dependente dos países imperialista, atua como um, inaugurando uma nova etapa “da exportação de capital e manufaturados, bem como do controle de matérias-primas e fontes de energia no exterior” (LUCE, 2007, p.12).

Definimos, em outra oportunidade, o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional (MARINI, 2012, p. 59).

As décadas de 1960 e 1970 foram ponto de partida para formulações acerca do novo papel brasileiro no sistema-mundo. Em conformidade com as funções definidas pela semiperiferia na tese de Wallerstein, para além de dominador, o Estado brasileiro configura-se como mediador ou intermediário diante da reorganização das relações internacionais “que configura os blocos de poder central em direção à periferia” (PRECIADO, 2008, p. 1).

Nesse aspecto, compreender os aspectos da América Latina como periferia e seus recortes internos possibilitam o entendimento do papel brasileiro. Conforme conceitualizado no primeiro capítulo, a “periferia” diz respeito aos Estados que dispõem de grandes quantidades de matérias primas e mão de obra barata. Costumam direcionar sua economia ao extrativismo e, muitas vezes, representam áreas de operação de baixo custo para o capital e as infraestruturas provenientes do centro. Ponto central é entender como essa periferia – América Latina – se relaciona com o centro – Estados Unidos. Coutinho (2013, p. 6) nos traz a divisão de três grupos a partir de seu relacionamento com os EUA e com as políticas de avanços democráticos nacionais:

O primeiro grupo, formado por Chile, Peru, Colômbia, México e Guatemala estão diretamente ligados aos comandos dos Estados Unidos, a partir da assinatura dos Tratados de Livre Comércio e de cooperação militar. O segundo grupo é formado pelos países da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e por aqueles que possuem um discurso que pretende diferenciar-se dos ditames imperialistas, como Venezuela, Equador e Bolívia. O terceiro grupo, por fim, é onde o Brasil se insere, juntamente com Argentina, Uruguai e Paraguai. Este último, denominado pelos autores como grupo de centro, articula-se ora com os Estados Unidos, ora com os países centrais e com os países ditos “alternativos”.

Destaca-se, dentre os países citados, o caso do México e da Argentina. Apesar de possuir fortes amarras com os Estados Unidos, o México não pode ser definido como semiperiférico ou subimperialista por não apresentar a chamada autonomia relativa definida anteriormente. Como afirma Preciado (2008, p. 260), “o Brasil demarca claramente as características de um poder regional, e procura, com crescente sucesso, seu posicionamento como um superpoder”. Esta busca por relativa soberania nacional é o ponto fundamental que o diferencia do México – outro importante “Estado âncora” regional – que, em contrapartida,

intensifica seu papel de subordinação ao centro estadunidense, em oposição à busca por sua autonomia (COUTINHO, 2013, p. 5).

Já no caso Argentino, encontra-se o quadro de rivalidade regional com o Brasil. A Argentina rivaliza com o Brasil há anos, inclusive como uma subpotência. De acordo com Svartman (1999), este cenário remonta ao período do Estado Novo, em que Vargas via como necessário para a consolidação do projeto nacional de industrialização brasileira a projeção do Brasil no continente sul-americano, o que passava por deter os avanços Argentinos. Diferentemente do caso México, a Argentina busca ampliar suas margens de autonomia relativa vis-à-vis os EUA quando estes passam por um momento de revés (MELLO, 1996). Entretanto, nas afirmativas de Marini, o Estado argentino jamais conseguiu atingir o status brasileiro de subimperialista, pois é incapaz de controlar suas decisões na América do Sul (subsistema regional de poder) e hegemonizá-las, além de funcionar como intermediário da potência dominante (COUTINHO, 2013, p. 7).

Dado esta estrutura, a política externa brasileira, de acordo com Senhoras e Vitte (2007), funda-se em dois fatores, explanados por Coutinho (2013, p. 5):

- i) a partir de uma integração branda, sem ousar criar um mal-estar diplomático entre os governos latino-americanos, a partir de cooperações e negociações mediadas por um diálogo satisfatório às partes;
- ii) o segundo fator é o complemento do primeiro, na medida em que busca não despertar conflitos como os do passado.

Nesse sentido, o Brasil se utiliza de discursos de integração da América Latina sem se mostrar como líder desta.

A posição semiperiférica, portanto, pode ser vista como vinculada tanto da superação do rival regional, como da exploração econômica dos países da sua área de atuação, ambos imersos no contexto de dependência do imperialismo dominante exercido pelo *hegemon*, configurando uma situação de ambivalência. Esta concepção, a partir da abordagem da teoria do sistema-mundo de Wallerstein, é desenvolvida pelos Geógrafos Bertha Becher e Claudio Egler:

A ambivalência de uma posição regional diz respeito a três escalas de poder. A primeira significa crescer em um espaço submetido à hegemonia de um centro mundial, no caso a América Latina sob a influência dominante dos Estados Unidos. A segunda representa um deslocamento das pretensões de concorrentes no âmbito regional, no caso a Argentina, que até recentemente era a mais importante economia da América do sul do Equador. A terceira expressa o controle político do território e da sociedade que no Brasil assumiu a forma de um projeto nacional autoritário (BECKER e EGLER, 1994, p.18).

Em vista da argumentação teórica acerca da consolidação do Brasil como agente semiperiférico na América Latina, é possível exemplificar processos em que sua atuação na região deflagrou seu caráter “dominador”, como também a sua vitalidade para as ações imperialistas norte-americanas. Em 1960, em meio à aspiração de potência regional, o projeto de integração latino-americana ALALC/Mercado Comum Latino-Americano “refletiu um padrão de intercâmbio desigual, com uma especialização produtiva assimétrica, para benefício de empresas brasileiras e corporações estrangeiras, sobretudo, estadunidenses, em operação na região” (LUCE, 2007, p. 57).

Um outro exemplo, para além da esfera econômica, pode ser vislumbrado na experiência de intervenção militar conjunta realizada pelos EUA e Brasil na República Dominicana (LUCE, 2007, p. 16). O envio de tropas pelo general Castelo Branco para conter pela força as mobilizações que exigiam a restituição do governo de Juan Bosch é retrato claro do papel semiperiférico brasileiro, uma vez que escancara como o elemento brasileiro é de relevância central para a sustentação dessa ordem tripartite, dado que garante a atuação estadunidense em favor de seus interesses políticos, econômicos e militares.

Em suma, a partir do desenvolvimento apresentado da trajetória brasileira rumo a seu papel semiperiférico e o exercício do subimperialismo na região latino-americana, pode-se compreender sua atribuição de “país-costura” dos Estados Unidos. Este termo origina-se do Relatório da Marinha dos EUA, intitulado Novo Mapa do Pentágono, criado por Thomas Barnett para acentuar as três zonas de influência estadunidense no globo: a primeira refere-se ao centro, composto pelos países desenvolvidos; a segunda à zona de “brecha”, que demanda dos EUA mais controle e vigilância, por ser considerada de alto risco; a terceira zona refere-se aos países “costura ou elo”, que fornecem subsídios para o disciplinamento dos países da segunda zona (CECEÑA, 2005 apud LUCE, 2007); (COUTINHO, 2013, p. 8).

À vista disso, o exercício da posição de agente intermediário brasileiro na ordem tripartite das américas, em conformidade ao que foi retratado, está diretamente ligado à nova ordem operante do sistema-mundo no período pós-guerra. A ascensão dos EUA ao papel de *hegemon* levou ao reforço do processo de incorporação e periferização da América Latina na economia-mundo capitalista. E é dentro deste contexto que o Brasil emerge em seu duplo papel na região – dominado e dominador – possibilitando, então, o robustecimento da estrutura tripartite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é evidente que a segunda guerra mundial representou ponto de transformação em todo o sistema-mundo e, dado o destaque apresentado, no processo de transição hegemônica; na instauração da ordem tripartite americana e na constituição da semiperiferia brasileira. Isto, pois, após o conflito, os Estados Unidos emergiram como principal detentor de capital internacional, além de grande desenvolvimento econômico, industrial e supremacia militar (MARINI, 2012).

Dessa forma, pode-se entender o período pós-guerra como a consolidação desta transição hegemônica, sendo deixado no passado a hegemonia desempenhada pelo Reino Unido no século XIX. E esta mudança no eixo central do sistema-mundo configurou, também, transformações na ordem capitalista. Esta transformação pode ser interpretada pela diferença observado nos períodos hegemônicos, dado que a hegemonia inglesa foi responsável pela criação e consolidação do mercado mundial, enquanto a norte-americana realizou a integração imperialista dos sistemas de produção (MARINI, 2012, p. 35).

O mecanismo citado de integração aos sistemas de produção foi o aparato econômico utilizado para as práticas de dominação ao redor do globo pelo Estado norte-americano e, em especial, no caso da América Latina, em que a entrada de enormes volumes de capitais submeteu seus desenvolvimentos econômicos – em especial o processo de industrialização – a dependência estadunidense. Ademais, instrumentos institucionais definidos na ordem de Bretton Woods como FMI, BIRD e GATT também tiveram por objetivo servir os interesses do capital dos EUA, em conjunto com intervenções político-militares em diversas nações ao redor do globo.

Neste sentido, o caso brasileiro representa exemplo claro e complexo de relação de dependência ao Estado e economia norte-americana. Durante a segunda grande guerra, o Brasil foi capaz de se fortalecer militar e politicamente no campo internacional em relação aos demais países latino-americanos, além de ter arquitetado o financiamento de sua primeira siderúrgica – fruto da consolidação de sua aliança com os EUA. Este passo rumo a maior industrialização do país, conforme foi desenvolvido no decorrer do presente trabalho, representou também grande papel no processo de dominação regional, uma vez que o Brasil passou a reproduzir a lógica vigente em relações assimétricas: a exportação de capital e manufaturados, em conjunto como do controle de matérias-primas e fontes de energia no exterior (LUCÉ, 2007, p.12).

Todavia, em consonância com o conteúdo desenvolvido, o caso brasileiro não representa apenas uma relação dual de centro-periferia. A chamada cooperação antagônica expõe uma dinâmica baseada em papéis que se inter cruzam (COUTINHO, 2013). Ao mesmo momento em que o Estado brasileiro busca o fortalecimento de sua autonomia relativa e apresenta uma política externa pautada na expansão e influência na região da AL, dado seu papel intermediário e sua condição semiperiférica, encara diretamente a dependência a hegemonia estadunidense. Por sua vez, nesta relação os EUA buscam reafirmar, dentro da ordem tripartite estabelecida, três fatores políticos estratégicos cruciais: sua influência na América Latina, seu papel enquanto poder central na região e a manutenção da dependência do Brasil (COUTINHO, 2013).

Destarte, é claro o entendimento da posição semiperiférica local desempenhada pelo Estado brasileiro em meio a ordem tripartite nas Américas. Esta, conforme demonstrado, foi estabelecida no período pós-guerra (1946-1970), com a chegada ao papel hegemônico por parte dos EUA. Outrossim, a semiperiferia desempenha, conceitualmente por Wallerstein (1974), função não apenas de intermédio, como também de estabilizador e elo político do sistema em que está inserida. Dessa forma, o Brasil enquanto semiperiferia enquadra-se dentro desta definição pois, como colocado pela própria força militar norte-americana, o Brasil é visto como elemento de “costura ou elo”, sendo aquele que fornece subsídios para o disciplinamento da periferia a sua volta (COUTINHO, 2013, p. 8).

REFERÊNCIAS

- ARGUELHES, Delmo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster, Igor Lapsky, Ricardo Cabral e Jorge Ferrer. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. Hegemony unravelling (I and II). **New Left Review**, v. 32, n. 33, p. 23-80, 2005.
- BA, Heather. The systemic causes of financial crises in the long nineteenth century. **Business and Politics**, v. 20, n. 2, p. 208-238, 2018.
- BOSWELL, Terry; SWEAT, Mike. Hegemony, long waves, and major wars: A time series analysis of systemic dynamics, 1496–1967. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 123-149, 1991.
- BECKER, Bertha, EGLER, Claudio. Brasil. Uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994
- BRAUDEL, Fernand. **Perspective of the World: Civilization and Capitalism**. Volume III. Londres: Collins, 1984.
- CARVALHO, F. C. Bretton Woods aos 60 anos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 70. São Paulo: Cebrap, novembro, p. 51-63, 2004.
- CECEÑA, Ana Esther. **Estratégias de construção de uma hegemonia** sem limites. In: *Hegemonias e Emancipações no século XXI* (org.) Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D. Conceptualizing core/periphery hierarchies for comparative study. In: **Core/periphery relations in precapitalist worlds**. Routledge, 2019. p. 5-44.
- CHASE-DUNN, Christopher et al. The Trajectory of the United States in the World-System: A Quantitative Reflection. *Sociological Perspectives*, v. 48, n. 2 p. 233-254, 2005.
- CUPITT, Richard T.; WHITLOCK, Rodney L.; WHITLOCK, Lynn Williams. British Hegemony and Militarized Interstate Disputes, 1815-1939. **Conflict Management and Peace Science**, v. 12, n. 2, p. 41-64, 1993.
- COSTA, T. M. D. **O Estado e o mundo no processo de industrialização do Brasil (1930 – 1951)**. Orientador: Daniel de Pinho Barreiros. 2010. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pantheon UFRJ, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/2392>. acesso em: 19 jul. 2022.
- CUPITT, Richard T.; WHITLOCK, Rodney L.; WHITLOCK, Lynn Williams. British Hegemony and Militarized Interstate Disputes, 1815-1939. **Conflict Management and Peace Science, Peace Science Society (International)**, [S. l.], v. vol. 12(2), p. 41-61, fev. 1993.

ELLISON, Martin; SARGENT, Thomas J.; SCOTT, Andrew. Funding the Great War and the beginning of the end for British hegemony, in *Debt and Entanglements Between the Wars*, p. 59-79, 2019.

TORRES, Ernani Teixeira. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 621-639, 2019.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, p. 129-147, 1997.

GOLDSTEIN, Joshua S. War and the Kondratieff Upswing. **International Studies Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 411-41, 1985.

HELLEINER, Eric. Forgotten Foundations of Bretton Woods. In: **Forgotten Foundations of Bretton Woods**. Cornell University Press, 2014.

HOMER, Sidney; SYLLA, Richard Eugene. **A history of interest rates**. Rutgers University Press, 1996.

HOPKINS, Terence K; *et al.* **World-Systems Analysis: Theory and Methodology**. Beverly Hills, London & New Delhi: Sage, 1982.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalism and the Incorporation of New Zones into the World-Economy. **Review**, v. 10, n. 5-6 (sup.), pp. 763-780, 1987.

HUDSON, Michael. Superimperialismo: la estrategia económica del imperialismo norteamericano. Barcelona: Dopesa, 1973.

KENTOR, Jeffrey D. **Capital and coercion: The economic and military processes that have shaped the world economy, 1800-1990**. Routledge, 2014.

LUCE, M. S. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007), 136 p. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). UFRGS, 2007

LOWENTHAL, Abraham F. The United States and Latin America: Ending the Hegemonic Presumption. **Foreign Aff.**, v. 55, p. 199, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. Mexico City: Siglo Veintiuno Editores, 1980 [1969].

MARINI, RUY MAURO. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Revista Outubro**, Revista Outurbo, ed. 20, ano 2012, p. 32-67, 4 jan. 2012 [1977]. Semestral. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-20-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MAZZUCHELLI, F. Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas: **Facamp Editora**, 2013.

MCCORMICK, Thomas J.; MCCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the cold war and after**. JHU Press, 1995.

O'BRIEN, Patrick K.; PIGMAN, Geoffrey Allen. Free trade, British hegemony and the international economic order in the nineteenth century. **Review of International Studies**, v. 18, n. 2, p. 89-113, 1992.

MOURA, Gerson – Autonomia na Dependência: **A política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1ª. Edição, 1980.

OLIVEIRA, G. M. B. D. **A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados**. Orientador: Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes. 2011. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Repositorio UniCEUB, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3430/3/20771317.pdf>. acesso em: 4 jul. 2022.

ON DOELLINGER, Carlos, et al. **A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967-1973**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.

PEREIRA, L. C. Bresser. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PINTO, Aníbal. **Inflación: raíces estructurales**. México; Pondo de Cultura Económica, 1973.

PRECIADO, J. **A América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia**. Bahia: Caderno CRH, v. 21, n. 53, 2008.

SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. **A agenda do desenvolvimento sob questionamento: liderança, hegemonia ou subimperialismo brasileiro na Geografia da Integração Regional da América do Sul?**. Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina: Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá: UNAL, v. 1. p.1-18, 2007

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: O processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, SP: Manole, 2003.

SCHWOCH, James. Cold war, hegemony, postmodernism: American television and the world-system, 1945–1992. **Quarterly Review of Film & Video**, v. 14, n. 3, p. 9-24, 1993.

STEIN, Arthur A. The hegemon's dilemma: Great Britain, the United States, and the international economic order. **International organization**, v. 38, n. 2, p. 355-386, 1984.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Passo Fundo, EDIUPF, 1999.

TEIXEIRA, A. **O movimento de industrialização nas economias centrais no pós-guerra**. 1983. Tese (Doutorado em Economia Industrial). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

VELTMEYER, Henry. “The Dynamics of Land Occupation in Latin America”. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming the land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. Zed Books, 2005.

VELTMEYER, Henry. us imperialism in latin america: then and now, here and there. **Estudios críticos del desarrollo**, v. 1, n. 1, p. 89-123, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. From Feudalism to Capitalism: Transition or Transitions? **Social Forces**, v. 55, n. 2, pp. 273-283, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750**. 2ª edição. Berkeley, London & New York: University of California Press, 2011 [1980].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations**. New York, Port Chester, Melbourne & Sydney: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, v. 16, n. 4, pp. 387-415, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s–1840s**. Univ of California Press, 2011c.
WORMELL, Jeremy. **The Management of the National debt of the united Kingdom, 1900–1932**. Routledge, 2002.

